ANO XXVI | Nº 3103

14 | OUTUBRO | 2026

IMPRENSA OFICIAL
do Município de Osasco

www.osasco.sp.gov.br

GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Procuradoria Geral do Município
Procuradoria de Assessoria Técnico-Legislativa

DECRETO N.º 15.275, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente e dá outras providências.

GERSON PESSOA, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional especial ao orçamento vigente, na importância de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), de acordo com o inc. II do § 3º do art. 4º da Lei nº 5.444, de 19 de dezembro de 2025, observando-se as classificações institucional, econômica e funcional-programática, conforme segue:

01.14	**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
01.14.001	**GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
01.14.001.08.246.0018.2.027	Intermediação Profissional		
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	05.500.1402	90.000,00
		TOTAL	**90.000,00**

Art. 2º O crédito adicional especial de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o inc. I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 13 de outubro de 2026.

Gerson Pessoa
Prefeito

Regiane Santo Trevelato
Secretária de Finanças

José Carlos Vido
Secretário de Assistência Social

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria de Assessoria Técnico-Legislativa

DECRETO Nº 15.276, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

"Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento vigente e dá outra providencias".

GERSON PESSOA, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente, na importância de R$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de reais) de acordo com o § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 5.444, de 19 de dezembro de 2025, observando-se as classificações, Institucional, Econômica e Funcional-Programática conforme segue:

21. INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE OSASCO			
21.003. Fundo Financeiro de Previdencia – Funprev 1			
21.003.09.272.0020.2.043-Beneficios Previdenciarios			
3.1.90.01 – APOSENTARIAS E REFORMAS		04601	23.000.000,00
21.005. Fundo Previdenciario – Funprev 3			
21.005.09.272.0020.2.043-Beneficios Previdenciarios			
3.1.90.01 – APOSENTARIAS E REFORMAS		04602	22.000.000,00
21.005.09.272.0020.2.043-Beneficios Previdenciarios			
3.1.90.03 – PENSOES		04602	8.000.000,00
	TOTAL		**53.000.000,00**

Art. 2º O crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o inc. III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme abaixo:

77.777. Reserva Orçamentária			
77.777.99.999.9999.9.999- Reserva de Contigência			
9.9.99.99 – RESERVA DE CONTIGÊNCIA		04600	53.000.000,00
	TOTAL		**53.000.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 13 de outubro de 2026.

GERSON PESSOA
Prefeito

Regiane Santo Trevelato
Secretária de Finanças

Francisco Cordeiro da Luz Filho
Presidente do IPMO

Órgão Oficial criado pelo Decreto nº 8.607, de 04 de março de 1998 - Editado pela Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura de Osasco - Av. Lázaro de Mello Brandão, 300
CEP 06023-901 - Fone 3652 9520 IMPRESSO EM OFICINAS PRÓPRIAS - e-mail: imprensa@osasco.sp.gov.br site: www.osasco.sp.gov.br

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria de Assessoria Técnico-Legislativa

DECRETO Nº 15.277, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

"Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento vigente e dá outra providencias".

GERSON PESSOA, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento vigente, na importância de R$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) de acordo com o § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 5.444, de 19 de dezembro de 2025, observando-se as classificações, Institucional, Econômica e Funcional-Programática conforme segue:

21. INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE OSASCO
21.001. Unidade Gestora do Fundo – Taxa de Administração

21.001.09.272.0001.2.001-Remuneração, Benefícios e Encargos		
3.1.91.13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS – INTRAORÇAMENTARIAS	04690	450.000,00
21.001.09.272.0001.2.001-Remuneração, Benefícios e Encargos		
3.1.90.94 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	04690	500.000,00
TOTAL		**950.000,00**

Art. 2º O crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o inc. III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme abaixo:

21.001. Unidade Gestora do Fundo – Taxa de Administração

21.001.09.272.0021.0.002-Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47 – OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	04690	950.000,00
TOTAL		**950.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 13 de outubro de 2026.

GERSON PESSOA
Prefeito

Regiane Santo Trevelato
Secretária de Finanças

Francisco Cordeiro da Luz Filho
Presidente do IPMO

ATO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS CMDCA 01/2026

CONSIDERANDO o disposto dado pelo §4º, do artigo 27, da lei Federal nº 13.019/2014;
CONSIDERANDO os dispostos dado pelo artigo 36, do Decreto Municipal nº 11.384/2016;
CONSIDERANDO o disposto dado pelo item 20, do Edital de Chamamento Público CMDCA nº 01/2026,

PUBLICA-SE, **A RELAÇÃO DE RECURSOS** impetrados pelas OSCs interessadas contra resultado preliminar expedido pela Comissão de Avaliação de Gestão de Projetos datado em 05/10/2026, através da Imprensa Oficial do Município de Osasco (IOMO) nº 3096.

I – RECURSOS PROTOCOLADOS:

a) GRÊMIO OSASCO AUDAX ESPORTE CLUBE – Recurso de Protocolo nº 78, de o8/10/2026;
b) ONG SEMENTINHA DO BEM - Recurso de Protocolo nº 79, de o8/10/2026;
c) INSTITUTO TERCEIRO SETOR – Recurso de Protocolo nº 80, de o8/10/2026;
d) ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO – Recurso de Protocolo nº 81, de 09/10/2026;
e) INSTITUTO ABDA - Recurso de Protocolo nº 82, de 09/10/2026;
f) CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE “CEDECA – OSASCO” - Recurso de Protocolo nº 83, de 09/10/2026;
g) COMUNIDADE IMPACTO - Recurso de Protocolo nº 84, de 09/10/2026;
h) INSTITUTO KARAN - Recurso de Protocolo nº 85, de 13/10/2026;
i) INSTITUTO JEREMIAS DE OLIVEIRA FRANCO - Recurso de Protocolo nº 86, de 13/10/2026;
j) PROJETO PRODUTO DA VILA - Recurso de Protocolo nº 87, de 13/10/2026;
k) INSTITUTO ANGÉLIKA DE HIDROTERAPIA E ATIVIDADES TERAPÊUTICAS, Recurso de Protocolo nº 88, de 13/10/2026;
l) INSTITUTO EDUCACIONAL TESLA, Recurso de Protocolo nº 89, de 13/10/2026;
m) INSTITUTO INOVAÇÃO SOCIAL, Recurso de Protocolo nº 90, de 13/10/2026;
n) OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA APARECIDA, Recurso de Protocolo nº 91, de 13/10/2026;
o) ASSOCIAÇÃO PROJOV, Recurso de Protocolo nº 92, de 13/10/2026;
p) INSTITUTO COLINAS, Recurso de Protocolo nº 93, de 13/10/2026;
q) INSTITUTO CECILAR, Recurso de Protocolo nº 94, de 13/10/2026;

r) ASSOCIAÇÃO PRÓ-FAMÍLIA, Recurso de Protocolo nº 95, de 13/10/2026;

s) ASSOCIAÇÃO SOLIDÁRIA CRUZ AZUL DEOSASCO E REGIÃO, Recurso de Protocolo nº 96, de 13/10/2026;

t) INSTITUTO HATUS, Recurso de Protocolo nº 97, de 13/10/2026;

II – DO OFERECIMENTO AO PRAZO DE CONTRARRAZÕES

Fica estabelecido o período, para quem assim o desejar, de apresentação de contrarrazões aos recursos interpostos ao resultado preliminar dado pelo Edital CMDCA 01/2026, compreendido entre as datas de 16 a 22 de outubro de 2026, em dias úteis, a ser protocolado na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sito à R. Fiorino Beltrano, 77 - Centro, Osasco - SP, 06097-040- no horário das 9 (nove) horas às 16 (dezesseis) horas.

III – DO PEDIDO DE VISTAS:

Fica estabelecido que, no mesmo prazo de oferecimento de contrarrazões, seja garantida vistas às OSCs interessadas aos recursos impetrados, para que possam ser alvo de apresentação de contrarrazões, junto à sede do CMDCA, desde que realizado pedido prévio através do e-mail ESCLARECE.EDITALCMDCA26.SEIJ@OSASCO.SP.GOV.BR, nos termos do item 9.7, do Edital CMDCA nº 01/2026.

Osasco, 15 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE.

DIEGO MUNIZ BARCELA

Coordenador da Comissão de Avaliação e Gestão de Projetos - CMDCA

RESUMO DAS PORTARIAS
14/10/2026

Gerson Pessoa, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

EXONERAR

PORTARIA Nº 1983/2026 - **EXONERAR**, **RINALDO FLORES**, **177584**, do cargo em comissão de **ASSESSOR DE GABINETE DO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS** - da **Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hidricos**. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NOMEAR

PORTARIA Nº 1985/2026 - **NOMEAR**, nos termos do artigo 20, II, da Lei Municipal nº 836, de 17 de abril de 1969 e suas posteriores alterações, o(a) Senhor(a) **RAFAEL DOS SANTOS, RG nº 321745036,** para exercer o cargo em comissão de **ASSESSOR DE GABINETE DO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS** da **Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hidricos.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **15 de outubro** do ano em curso, revogadas as disposições em contrário.

OUTROS

PORTARIA Nº 1968/2026 - **DISPENSAR DO PONTO**, o(a) Servidor(a) **HESFRANIA CRUZ DE CARVALHO** matrícula **80793,** para participar no(a) "**Fórum de Aplicações de Inteligência Artificial na Educação**" na cidade **Indaiatuba / SP** no período de **14/10/2026** à **14/10/2026.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 1969/2026 - **DISPENSAR DO PONTO**, o(a) Servidor(a) **ERICA FERNANDA URSOLINO LEMOS** matrícula **200714,** para participar no(a) "**Fórum de Aplicações de Inteligência Artificial na Educação**" na cidade **Indaiatuba / SP** no período de **14/10/2026** à **14/10/2026.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 1978/2026 - **NOMEAR**, os gestores e respectivos suplentes dos contratos da **Secretaria Executiva da Pessoa Com Deficiência**, em conformidade com o art. 37 da Lei Complementar nº 389 de 30 de dezembro de 2020;

GESTORES:

Condição	Nome	Matrícula	Provimento
Suplente	LARISSA MARIA DA SILVA CHAVANTES	199788	EFETIVO

CONTRATO(S):

1. Contratada: Instituto Educacional Tesla
Contrato nº: 021
Termo Aditivo:
Nº do Processo Administrativo: 911/2025
Vigência: 15/01/2026 à 14/01/2027

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 1979/2026 - **CESSAR**, os efeitos do comissionamento do(a) servidor(a) **GIOVANNA SOUZA SANTOS**, junto ao **Câmara Municipal de Osasco**, publicado através da portaria **17/2026**, de **07/01/2026**. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **6 de outubro** do ano em curso, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE GOVERNO

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria Executiva de
Licenciamento e Cadastro
Imobiliário e Controle
do Uso do Solo

DANIEL CALIÓ SANCHES, Secretário Executivo de Licenciamento, Cadastro Imobiliário e Controle do Uso do Solo, no uso de suas atribuições legais, torna público o seguinte:

DEFERIDO O PEDIDO DE PRAZO DE 60 DIAS INTIMAÇÃO

Nº DE PROCESSOS	Nº DA INTIMAÇÃO
202602041056	53603

DEFERIDO O PEDIDO DE CANCELAMENTO DE MULTA

Nº DE PROCESSOS	Nº DA INTIMAÇÃO
SELCICUS/00010/2026	53465
202602014424	53225

Osasco 09 de Outubro de 2026

Daniel Calio Sanches
Secretário Executivo
Secretária Executivo de Licenciamento,
Controle Imobiliário e Controle do Uso do Solo
Secretaria de Governo

Av. Santo Antônio, 1500 - Vila Osasco, Osasco - SP, CEP: 06083-200
Telefone: 3652-9281 / 3652-9280 – E-mail: expediente.selcicus@osasco.sp.gov.br

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria Executiva de Licenciamento e Cadastro Imobiliário e Controle do Uso do Solo

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO De acordo com a lei 443/2024, artigos 93, ficam os proprietários dos imóveis abaixo relacionados NOTIFICADOS a atenderem os respectivos autos, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da publicação, conforme segue:

Nº AUTO	DATA	INTERESSADO
52939	05/05/2026	AKIRA OKADA
52938	05/05/2026	AKIRA OKADA
52501	25/05/2026	MOVIMENTO HABITACIONAL CASA PARA TODOS
53135	22/05/2026	ZATS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇOES
53133	19/05/2026	APARECIDA SERAPHIM DE ALMEIDA
53132	15/05/2026	JAMACO ADM S/C LTDA

Osasco, 09 de outubro de 2026.

Daniel Calio Sanches
Secretário Executivo
Secretária Executivo de Licenciamento,
Controle Imobiliário e Controle do Uso do Solo
Secretaria de Governo

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria Executiva de
Licenciamento e Cadastro
Imobiliário e Controle
do Uso do Solo

EDITAL DE MULTA – De acordo com a lei 443/2024, ficam os proprietários dos imóveis abaixo relacionados multados, conforme discriminação a seguir:

Nº AUTO	DATA	INTERESSADO
53247	19/08/2026	POSSUIDOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS GARCIA
53127	06/05/2026	ZATS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇOES
52949	25/05/2026	BENEDITO DE ALMEIDA RIZZI
52948	25/05/2026	BENEDITO DE ALMEIDA RIZZI

Osasco, 09 de outubro de 2026.

Daniel Calio Sanches
Secretário Executivo
Secretária Executivo de Licenciamento,
Controle Imobiliário e Controle do Uso do Solo
Secretaria de Governo

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria Executiva de
Licenciamento e Cadastro
Imobiliário e Controle
do Uso do Solo

EDITAL DE MULTA E EMBARGO - Ao proprietário que está executando obra em desacordo com a Lei 443/2024, artigos 112, fica Multado e Embargado, conforme discriminação a seguir;

Nº AUTO	DATA	INTERESSADO
53608	05/10/2026	MARLENE FERREIRA DA SILVA

Osasco, 09 de outubro de 2026.

Daniel Calio Sanches
Secretário Executivo
Secretária Executivo de Licenciamento,
Controle Imobiliário e Controle do Uso do Solo
Secretaria de Governo

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria de Procedimentos Disciplinares

ATO DA PROCURADORA-CHEFE

Instaurado o Processo Administrativo Disciplinar nº **202602029078**, a Procuradora-Chefe da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, com a competência determinada pelo artigo 3º, parágrafo primeiro, inciso III, da Lei Complementar nº 133/2005, julga procedente o presente processo, nos termos do relatório da Unidade Processante, aplicando a pena de **SUSPENSÃO de 15 (quinze) dias** ao servidor de **matrícula nº 175.475**, sanção administrativa prevista para a infração, nos termos do Artigo 15 da Lei Complementar nº 138/2005.

Publique-se.

Osasco, 9 de outubro de 2026.

NILZA DA SILVA
PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

Avenida Aurora Soares Barbosa, nº 201, Vila Campesina, Osasco-SP, CEP 06023-010 - Fone: 3652-9059/9429.
E-mail: proced.pgm@osasco.sp.gov.br

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria de Procedimentos Disciplinares

ATO DA PROCURADORA-CHEFE

Instaurado o Processo Administrativo Disciplinar nº 202602001684, contra o servidor de matrícula nº **202.584**, a Procuradora-Chefe da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, com a competência determinada pelo artigo 3º, parágrafo único, inc. III da Lei Complementar nº 133/2005, julga parcialmente procedente o presente processo, por infração ao art. 3º, incisos II, III, XI, XV e XVI, 4º, inciso XII, c/c art. 15, todos da Lei Complementar 138/2005, aplicando a penalidade de **SUSPENSÃO DE 15 (quinze) dias** ao acusado.

Osasco, 09 de outubro de 2026.

NILZA DA SILVA
PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

EXTRATOS:

Processo Administrativo nº 17.502/2023; Termo de Aditamento nº 050/2026 (CGM) ao Termo de Colaboração nº 006/2023; Entidade Municipal Parceira: Município de Osasco/Secretaria de Educação; OSC Parceira: **ASSOCIAÇÃO SOLIDÁRIA CRESCENDO CIDADÃ - ASCC**; Assunto: Fica prorrogada a vigência do Termo do Colaboração nº 006/2023, por mais 12 (doze) meses, contado de 01 de outubro de 2026, considerando o parecer da Secretaria de Educação juntadas às fls. 2.458/2.461, o plano de trabalho às fls. 2.485/2.497, manifestação da Controladoria Geral do Município às fls. 2.551/2.552, certidão de apostilamento *ex ofício* de prorrogação da vigência à fl. 2.559 e o despacho de autorização do Secretário à fl. 2.563; Valor total de R$ 2.775.866,03 (dois milhões, setecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais e três centavos); e Vigência: 12 (doze) meses.

Processo Administrativo nº 17.501/2023; Termo de Aditamento nº 053/2026 (CGM) ao Termo de Colaboração nº 004/2023; Entidade Municipal Parceira: Município de Osasco/Secretaria de Educação; OSC Parceira: **CENTRO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR DO JARDIM VELOSO**; Assunto: Fica prorrogada a vigência do Termo do Colaboração nº 004/2023, por mais 12 (doze) meses, contado de 01 de outubro de 2026, considerando o parecer da Secretaria de Educação juntadas às fls. 1.892/1.895, o plano de trabalho às fls. 1.921/1.930, manifestação da Controladoria Geral do Município às fls. 1.937/1.939, certidão de apostilamento *ex ofício* de prorrogação da vigência à fl. 1.943, parecer jurídico às fls. 1.949/1.950 e o despacho de autorização do Secretário à fl. 1.962; Valor total de R$ 1.416.017,21 (um milhão, quatrocentos e dezesseis mil e setenta e um reais e vinte e um centavos); e Vigência: 12 (doze) meses.

Processo Administrativo nº 18.198/2023; Termo de Aditamento nº 054/2026 (CGM) ao Termo de Colaboração nº 007/2023; Entidade Municipal Parceira: Município de Osasco/Secretaria de Educação; OSC Parceira: **ASSOCIAÇÃO PARA GESTÃO DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS SOCIAIS - AGUAS;** Assunto: Fica prorrogada a vigência do Termo do Colaboração nº 007/2023, por mais 12 (doze) meses, contado de 01 de outubro de 2026, considerando o parecer da Secretaria de Educação juntadas às fls. 4.929/4.932, o plano de trabalho às fls. 4.961/4.993, manifestação da Controladoria Geral do Município às fls. 4.997/4.999, certidão de apostilamento ex ofício de prorrogação da vigência às fls. 5.018/5.019 e o despacho de autorização do Secretário à fl. 5.038; Valor total de R$

7.208.613,90 (sete milhões, duzentos e oito mil, seiscentos e treze reais e noventa centavos); e Vigência: 12 (doze) meses.

Processo Administrativo nº 17.503/2023; Termo de Aditamento nº 055/2026 (CGM) ao Termo de Colaboração nº 003/2023; Entidade Municipal Parceira: Município de Osasco/Secretaria de Educação; OSC Parceira: **ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES EM DEFESA À CRIANÇA - AMDC;** Assunto: Fica prorrogada a vigência do Termo do Colaboração nº 003/2023, por mais 12 (doze) meses, contado de 01 de outubro de 2026, considerando o parecer da Secretaria de Educação juntadas às fls. 4.210/4.213, o plano de trabalho às fls. 4.237/4.251, manifestação da Controladoria Geral do Município às fls. 4.363/4.364, certidão de apostilamento ex ofício de prorrogação da vigência à fl. 4.343, parecer jurídico às fls. 4.368/4.369 e o despacho de autorização do Secretário à fl. 4.374; Valor total de R$ 9.024.509,29 (nove milhões, vinte e quatro mil, quinhentos e nove reais e vinte e nove centavos); e Vigência: 12 (doze) meses.

Processo Administrativo nº 18.201/2023; Termo de Aditamento nº 058/2026 (CGM) ao Termo de Colaboração nº 011/2023; Entidade Municipal Parceira: Município de Osasco/Secretaria de Educação; OSC Parceira: **INSTITUTO INOVAÇÃO SOCIAL;** Assunto: Fica prorrogada a vigência do Termo do Colaboração nº 011/2023, por mais 12 (doze) meses, contado de 01 de outubro de 2026, considerando o parecer da Secretaria de Educação juntadas às fls. 4.688/4.691, o plano de trabalho às fls. 4.712/4.726, manifestação da Controladoria Geral do Município às fls. 4.733/4.736, certidão de apostilamento ex ofício de prorrogação da vigência às fls. 4.741/4.742 e o despacho de autorização do Secretário à fl. 4.774; Valor total de R$ 8.921.117,77 (oito milhões, novecentos e vinte e um mil, cento e dezessete reais e setenta e sete centavos); e Vigência: 12 (doze) meses.

Processo Administrativo nº 18.206/2023; Termo de Aditamento nº 063/2026 (CGM) ao Termo de Colaboração nº 009/2023; Entidade Municipal Parceira: Município de Osasco/Secretaria de Educação; OSC Parceira: **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL MARIA DO CARMO - AEMC;** Assunto: Fica prorrogada a vigência do Termo do Colaboração nº 009/2023, por mais 12 (doze) meses, contado de 01 de outubro de 2026, considerando o parecer da Secretaria de Educação juntadas às fls. 3.838/3.839, o plano de trabalho às fls. 3.864/3.883, manifestação da Controladoria Geral do Município às fls. 3.890/3.893, certidão de apostilamento ex ofício de prorrogação da vigência às fls. 3.898/3.899 e o despacho de

autorização do Secretário à fl. 3.903; Valor total de R$ 7.700.705,19 (sete milhões, setecentos mil, setecentos e cinco reais e dezenove centavos); e Vigência: 12 (doze) meses.

Processo Administrativo nº 08.504/2021; Termo de Aditamento nº 172/2026 ao contrato nº 086/2024; Contratante: Município de Osasco/Secretaria de Serviços e Obras; Contratada: **MB SERVICE LTDA.;** Assunto: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 086/2024, por mais 12 (doze) meses, contada a partir de 17 de setembro de 2026, conforme justificativa da Secretaria de Serviços e Obras às fls. 1.631/1.633 e 1.650/1.653, manifestação de interesse em prorrogar da CONTRATADA às fls. 1.634/1.635 e 1.658/1.659, parecer jurídico às fls. 1.694/1.698 e Despacho de Autorização do Excelentíssimo Senhor Prefeito à fl. 1.701; Valor total de R$ 12.914.427,60 (doze milhões, novecentos e quatorze mil, quatrocentos e vinte e sete reais e sessenta centavos) e Vigência: 12 (doze) meses.

DENISE MARIA DAS NEVES E LIMA
Procuradora Chefe da Procuradoria Consultiva
Procuradoria Geral do Município

COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Coordenadoria da
Defesa Civil

ATOS DO COORDENADOR

DEFERIDO PEDIDO DE PRAZO DA INTIMAÇÃO 90 DIAS

Nº PROCESSO	Nº INTIMAÇÃO	DETALHAMENTO
202503026705	51695	PRAZO PARA ATENDIMENTO RVT 148/25

Osasco, 14 de Outubro de 2026.

RENATO CASTINEIRA
COORDENADOR DA COMDEC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

RERRATIFICAÇÃO

O Secretário de Administração no uso de suas atribuições legais, RERRATIFICA o **Edital de Convocação Sub Judice do Concurso Público Nº 001/2022** para o cargo de **GUARDA CIVIL MUNICIPAL – 3ª CLASSE – MASCULINO**, publicado na Imprensa Oficial do Município de Osasco na Edição nº **3087**, de **23/09/2026**, para informar o que segue:

Onde se Lê:

CARGO: GUARDA CIVIL MUNICIPAL – 3ª CLASSE – MASCULINO DIA 30/10/2026 ÀS 10h00.			
CLASS	**NOME**	**INSCRIÇÃO**	**RG**
292º	JULIO EDSON MARTINS DA SILVA	14702827	187*****39

Leia-se:

CARGO: GUARDA CIVIL MUNICIPAL – 3ª CLASSE – MASCULINO DIA 03/11/2026 ÀS 10h00.			
CLASS	**NOME**	**INSCRIÇÃO**	**RG**
292º	JULIO EDSON MARTINS DA SILVA	14702827	187*****39

Ficam ratificadas as demais informações constantes no Edital de convocação.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

Osasco, 14 de outubro de 2026.

CLÁUDIO MONTEIRO JUNIOR

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Educação

PORTARIA INTERNA Nº 49/2026

"Dispõe sobre a adequação do Calendário Escolar das Unidades Educacionais do Município de Osasco para o ano letivo de 2026."

JOSÉ TOSTE BORGES, Secretário de Educação do Município de Osasco, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 15.274, de 9 de outubro de 2026, especialmente o § 2º do art. 2º, que prevê a adequação do calendário escolar em razão da alteração do ponto facultativo do Dia do Servidor Público;

CONSIDERANDO a Portaria nº 02/2026, publicada em 26 de janeiro de 2026, que dispõe sobre a organização das Unidades Educacionais do Município de Osasco e do Calendário Escolar para o ano letivo de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o Calendário Escolar de 2026, passando o ponto facultativo do Dia do Servidor Público de 28 para 30 de outubro de 2026.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 02/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 14 de outubro de 2026.

JOSÉ TOSTE BORGES
Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Esporte, Recreação e Lazer

PORTARIA INTERNA SEREL nº 09/2026

DESIGNAR os servidores responsáveis pela gestão do Processo Administrativo n° 2243/2026 – Emenda Parlamentar Municipal 2026 – SEREL – Individual Vereador: Carmônio Bastos – Projeto: Fortalecimento do Judô – de acordo com o Decreto nº 13.964, de 09 de novembro de 2023, conforme segue:

TITULAR: Ana Carolina Moreira – Matrícula: 204.221
SUPLENTE: Flávio José Berti Santos – Matrícula nº 196.927

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Osasco, 09 de outubro de 2026.

Thiago Borges Batista
Secretário de Esporte, Recreação e Lazer

Secretaria de Esporte, Recreação e Lazer – Gabinete do Secretário
Rua Thomaz Antônio Gonzaga, 251 – Jardim Cipava.
E-mail: serel@osasco.sp.gov.br

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Esporte, Recreação e Lazer

PORTARIA INTERNA SEREL nº 10/2026

DESIGNAR os servidores responsáveis pela gestão do Processo Administrativo n° 1354/2026 – Emenda Parlamentar Municipal 2026 – SEREL – Individual – Vereador: Josias da Juco – Projeto: Fomento à prática esportiva no parque Antônio Temporim – de acordo com o Decreto nº 13.964, de 09 de novembro de 2023, conforme segue:

TITULAR: Ana Carolina Moreira – Matrícula: 204.221
SUPLENTE: Flávio José Berti Santos – Matrícula nº 196.927

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Osasco, 09 de outubro de 2026.

Thiago Borges Batista
Secretário de Esporte, Recreação e Lazer

Secretaria de Esporte, Recreação e Lazer – Gabinete do Secretário
Rua Thomaz Antônio Gonzaga, 251 – Jardim Cipava.
E-mail: serel@osasco.sp.gov.br

SECRETARIA DE FINANÇAS

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Finanças

PORTARIA SF Nº 04/2026

Aprova o resultado definitivo do Concurso Interno para evolução funcional, por merecimento, dos Agentes Fiscais Tributários da 4ª Classe para a 5ª Classe, ante o decurso do prazo recursal sem interposição de recursos, e determina providências de enquadramento.

REGIANE SANTO TREVELATO, Secretária de Finanças do Município de Osasco, no exercício das atribuições legais que lhe são conferidas pelo ordenamento municipal e com esteio nos arts. 8º a 10 do Edital nº 01/2026;

CONSIDERANDO a homologação do resultado do certame pela Portaria SF nº 03/2026, de 1º de outubro de 2026, regularmente publicada na Imprensa Oficial do Município de Osasco (IOMO);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 8º do Edital nº 01/2026, foi assegurado aos interessados o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da publicação do ato homologatório, para a interposição de recurso administrativo devidamente fundamentado;

CONSIDERANDO que, integralmente decorrido o prazo recursal, não houve a apresentação de qualquer recurso, tornando-se definitivo o resultado homologado, nos termos do art. 9º do Edital nº 01/2026;

CONSIDERANDO que, com o esgotamento da instância administrativa, impõe-se a consolidação final da relação nominal dos Agentes Fiscais Tributários habilitados à evolução funcional para a 5ª Classe, bem como as providências materiais de enquadramento e formalização de registros pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o **RESULTADO DEFINITIVO** do Concurso Interno deflagrado pelo Edital nº 01/2026, concernente à evolução funcional por merecimento da 4ª Classe para a 5ª Classe da carreira de Agente Fiscal Tributário, que, ante a ausência de recursos, corresponde integralmente ao resultado homologado pela Portaria SF nº 03/2026, conforme relação final consolidada a seguir:

Ord.	Nome do Agente Fiscal Tributário	Matrícula	Resultado
01	AFONSO RODRIGUES TARATÁ FILHO	41.037	APROVADA A EVOLUÇÃO PARA 5ª CLASSE
02	ANTENOR ALVES DA SILVA	27.908	APROVADA A EVOLUÇÃO PARA 5ª CLASSE

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Finanças

03	EDISON CISCON MARTINS COELHO	26.296	APROVADA A EVOLUÇÃO PARA 5ª CLASSE
04	ELAINE DE OLIVEIRA	26.295	APROVADA A EVOLUÇÃO PARA 5ª CLASSE
05	ELCIO APARECIDO GONÇALVES	27.819	APROVADA A EVOLUÇÃO PARA 5ª CLASSE
06	IDEVAL DE MORAES JUNIOR	26.183	APROVADA A EVOLUÇÃO PARA 5ª CLASSE
07	JOÃO GUILHERMINO CAVALCANTE FILHO	40.864	APROVADA A EVOLUÇÃO PARA 5ª CLASSE
08	PALMYRA TAIZE VANNI NEIVA	26.185	APROVADA A EVOLUÇÃO PARA 5ª CLASSE
09	PAULA ROBERTA VIEIRA	36.242	APROVADA A EVOLUÇÃO PARA 5ª CLASSE
10	RONALDO BENEDITO BELIZÁRIO	26.142	APROVADA A EVOLUÇÃO PARA 5ª CLASSE
11	SILVIO ALEXSABDER FERREIRA	36.219	APROVADA A EVOLUÇÃO PARA 5ª CLASSE
12	TÂNIA FERNANDES ANGIOLUCCI	26.155	APROVADA A EVOLUÇÃO PARA 5ª CLASSE

Art. 2º Fica expressamente declarado que não houve interposição de recursos administrativos no prazo de 05 (cinco) dias úteis previsto no art. 8º do Edital nº 01/2026, operando-se o esgotamento da instância administrativa e a preclusão do direito de recorrer, nos termos do art. 9º do referido Edital.

Art. 3º Determinar o enquadramento dos servidores habilitados na 5ª Classe da carreira de Agente Fiscal Tributário, com os efeitos funcionais e remuneratórios daí decorrentes, mediante as providências cabíveis junto ao setor competente de gestão de pessoas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Osasco, 9 de outubro de 2026.

REGIANE SANTO TREVELATO
Secretária de Finanças

SECRETARIA DE SAÚDE

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Saúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.600/2026
INTERESSADO: SECRETARIA DE SAÚDE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

À vista dos elementos contidos no presente Processo Administrativo, conforme parecer jurídico contido aos autos, com fundamento no inciso IV, do artigo 71, da Lei Federal 14.133/2021, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico nº 63/2026, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ATÉ 12.000 (DOZE MIL) SENSORES DESCARTÁVEIS PARA SISTEMA DE MONITORAMENTO CONTÍNUO DE GLICOSE (MCG)**, em atendimento a Rede de Saúde do Município de Osasco, passo a informar:

Recursos:

Não houve manifestação de intenção de recurso no prazo estabelecido, conforme Termo de Julgamento da Sessão.

Empresa declarada vencedora:

ABBOTT LABORATORIOS DO BRASIL LTDA - CNPJ 56.998.701/0034-84

Pelo valor total de **R$ 3.850.800,00** (três milhões, oitocentos e cinquenta mil e oitocentos reais).

PUBLIQUE-SE, e a seguir encaminhe o presente à Secretaria Executiva de Compras e Licitações para providências cabíveis.

Osasco, 09 de outubro de 2026.

FERNANDO MACHADO OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Saúde

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 1861/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90049/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3719/2024
DATA DA ASSINATURA: 29/09/2026
CONTRATANTE: Secretaria da Saúde
CONTRATADA: Starmedical Importação e Exportação de Produtos Hospitalares Ltda.
OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos médico hospitalares para o Hospital e Maternidade Amador Aguiar
VALOR: R$ 105,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 1862/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90049/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3719/2024
DATA DA ASSINATURA: 07/10/2026
CONTRATANTE: Secretaria da Saúde
CONTRATADA: RDM Materiais e Serviços Ltda.
OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos médico hospitalares para o Hospital e Maternidade Amador Aguiar
VALOR: R$ 2.898,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 1863/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90049/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3719/2024
DATA DA ASSINATURA: 08/10/2026
CONTRATANTE: Secretaria da Saúde
CONTRATADA: F.COMM Comércio e Distribuidora Ltda.
OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos médico hospitalares para o Hospital e Maternidade Amador Aguiar
VALOR: R$ 4.208,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 1864/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90049/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3719/2024
DATA DA ASSINATURA: 13/10/2026
CONTRATANTE: Secretaria da Saúde
CONTRATADA: Stokmetal Indústria e Comércio Ltda.
OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos médico hospitalares para o Hospital e Maternidade Amador Aguiar
VALOR: R$ 3.223,65

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Saúde

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 1865/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90049/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3719/2024
DATA DA ASSINATURA: 28/09/2026
CONTRATANTE: Secretaria da Saúde
CONTRATADA: OPUS Medical e Eletronics Ltda.
OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos médico hospitalares para o Hospital e Maternidade Amador Aguiar
VALOR: R$ 60.000,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 1866/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90049/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3719/2024
DATA DA ASSINATURA: 30/09/2026
CONTRATANTE: Secretaria da Saúde
CONTRATADA: Cirúrgica IZAMED Ltda.
OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos médico hospitalares para o Hospital e Maternidade Amador Aguiar
VALOR: R$ 29.700,00

Atos do Secretario

O Senhor Secretário de Saúde, considerando a Lei Municipal 3.400/98 e Decreto 8.675/98 C/C a Lei Estadual 10.083/98 torna público as ações do Grupo Técnico de Vigilância Sanitária.
O GERENTE DO GRUPO TÉCNICO DA GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE OSASCO DEFERE OS ABAIXOS DISCRIMINADOS.

PROTOCOLO DE PUBLICAÇÃO:

Razão Social: PAMELA SIMIONATO DE SOUZA
Endereco: AV. DINYSIA ALVES BARRETO 635 - VILA OSASCO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 33.906.817/0001-82
Atividade CNAE: 9609-2/06 - Serviços de tatuagem e colocação de piercing
N° Processo: 202602001618
Data do Deferimento: 09/09/2026
Data da Validade: 09/09/2027
Responsável Legal: PAMELA SIMIONATO DE SOUZA
Responsável Técnico: N/A
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-960-000402-1-5
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2024

Razão Social: PAMELA SIMIONATO DE SOUZA
Endereço: AV. DIONYSIA ALVES BARRETO 635 - VILA OSASCO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 33.906.817/0001-82
Atividade CNAE: 9602-5/02 - Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza
N° Processo: 202602001618
Data do Deferimento: 09/09/2026
Data da Validade: 09/09/2027
Responsável Legal: PAMELA SIMIONATO DE SOUZA
Responsável Técnico: N/A
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-960-000376-1-3
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: TOLFFO E LOIBL ASSISTENCIA ODONTOLÓGICA LTDA

Endereco: RUA ANDRÉ MANOJO 135 - CENTRO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 02.025.373/0001-48
Atividade CNAE: 8630-5/04 - Atvidade odontológica
N° Processo: 202602001984
Data do Deferimento: 14/09/2026
Data da Validade: 14/09/2027
Responsável Legal: VIVIANE APARECIDA TOLFFO LOIBL
Responsável Técnico: VIVIANE APARECIDA TOLFFO LOIBL
Responsável Técnico Substituto: FREDERICO GUILHERME DE ABREU LOIBL
N° CEVS: 353440110-863-001254-1-5
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2024

Razão Social: TOLFFO E LOIBL ASSISTENCIA ODONTOLÓGICA LTDA
Endereco: RUA ANDRÉ MANOJO 135 - CENTRO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 25.025.373/0001-48
Atividade CNAE: 8630-5/04 - Atvidade odontológica
N° Processo: 202602001984
Data do Deferimento: 14/09/2026
Data da Validade: 14/09/2027
Responsável Legal: VIVIANE APARECIDA TOLFFO LOIBL
Responsável Técnico: VIVIANE APARECIDA TOLFFO LOIBL
Responsável Técnico Substituto: FREDERICO GUILHERME DE ABREU LOIBL
N° CEVS: 353440110-863-001255-1-2
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: LEANDRO PIRES DOS SANTOS
Endereco: RUA CUIABÁ 36 - ROCHDALE - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 44.485.742/0001-20
Atividade CNAE: 4930-2/02 - Transporte rodoviário de cargas - exceto produtos perigosos e mudancas intermunicipal, interstadual e internacional
N° Processo: 202602005473
Data do Deferimento: 03/08/2026
Data da Validade: 03/08/2027
Responsável Legal: LEANDRO PIRES DOS SANTOS
Responsável Técnico: N/A
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-493-000560-1-4
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: NOTRE DAME INTERMÉDICA SAÚDE S/A
Endereco: AV. DOS AUTONOMISTAS 2502 - CENTRO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 44.649.812/0260-13
Atividade CNAE: 8610-1/01 - Atividades de atendimento hospitalar - exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências
N° Processo: 202602008195
Data do Deferimento: 18/06/2026
Data da Validade: 18/06/2027
Responsável Legal: JORGE FONTOURA PINHEIRO KOREN DE LIMA
Responsável Técnico: MARIANA CAMILO DOS SANTOS
Responsável Técnico Substituto: JULIA HOFSTATTER SOLANO
N° CEVS: 353440110-861-000136-1-7
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: CORACÃO DE MÃE BAR E RESTAURANTE LTDA
Endereco: RUA NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO 110 - KM18 - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 47.158.008/0001-44
Atividade CNAE: 5611-2/01 - Restaurantes e similares
N° Processo: 202602008864
Data do Deferimento: 14/07/2026
Data da Validade: 14/07/2027
Responsável Legal: JULIANO DE OLIVEIRA
Responsável Técnico: N/A
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-561-002602-1-5
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA
Endereco: PRACA AGRÍCOLA LA PAZ TRISTANTE 121 - PARQUE INDUSTRIAL ANHANGUERA - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 00.986.846/0012-03
Atividade CNAE: 4664-8/00 - Comércio atacadista de máquinas aparelhos equipamentos para uso odonto-médico-hospital, parte e peças
N° Processo: 202602009437
Data do Deferimento: 09/09/2026
Data da Validade: 09/09/2027
Responsável Legal: LETICIA DE ALMEIDA BALTAZAR RIES
Responsável Técnico: CAMILA DOMENECK
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-466-000011-1-2
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA
Endereco: PRACA AGRÍCOLA LA PAZ TRISTANTE 121 - INDUSTIAL ANHANGUERA - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 00.986.846/0012-03
Atividade CNAE: 4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirurgico, hospitalar e de laboratórios
N° Processo: 202602009439
Data do Deferimento: 09/09/2026
Data da Validade: 09/09/2027
Responsável Legal: LETICIA DE ALMEIDA BALTAZAR RIES
Responsável Técnico: CAMILA DOMENECK
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-464-000220-1-2
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: BOMBONIERE DOVALE LTDA
Endereco: RUA PADRE DAMASO 58 - CENTRO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 08.975.018/0001-10
Atividade CNAE: 5611-2/03 - Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares
N° Processo: 202602010551
Data do Deferimento: 25/08/2026
Data da Validade: 25/08/2027
Responsável Legal: LAURENTINA CARLOS
Responsável Técnico: N/A
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-561-001838-1-4
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: REC REPLAY BURGUER LTDA
Endereco: ACUCENA 682 - JARDIM DAS FLORES - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 63.168.152/0001-18
Atividade CNAE: 5611-2/03 - Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares
N° Processo: 202602012251
Data do Deferimento: 25/08/2026
Data da Validade: 25/08/2027
Responsável Legal: CLAUDINEIA DA SILVA GOMES SANTOS
Responsável Técnico: N/A
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-561-003148-1-1
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: ECONFARMA LTDA
Endereco: RUA NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO 192 - KM18 - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 46.621.165/0001-81
Atividade CNAE: 4771-7/01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulacão de fórmulas
N° Processo: 202602021414
Data do Deferimento: 02/09/2026
Data da Validade: 02/09/2027
Responsável Legal: EVERALDO MUNIZ
Responsável Técnico: DENISE LIMA MATOS
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-477-000482-1-6
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: AP FACILITIES LTDA
Endereco: RUA ANTÔNIO SARAIVA 53 - KM18 - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 61.320.199/0001-20
Atividade CNAE: 4930-2/02 - Transporte rodoviário de cargas - exceto produtos perigosos e mudancas intermunicipal, interstadual e internacional
N° Processo: 202602022660
Data do Deferimento: 03/09/2026
Data da Validade: 03/09/2027
Responsável Legal: ADRIANA DE ALMEIDA
Responsável Técnico: MELYNE STEFANI SILVA DE ALMEIDA
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-493-000731-1-3
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: SANUTRI REPRESENTACÃO LTDA
Endereco: AV. CRISÂNTEMO 215 - JARDIM DAS FLORES - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 35.433.064/0001-60
Atividade CNAE: 5620-1/01 - Forncecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas
N° Processo: 202602025543
Data do Deferimento: 02/09/2026
Data da Validade: 02/09/2027
Responsável Legal: SAMANTA DOS SANTOS
Responsável Técnico: HELEN YARA VICTOR DOS SANTOS
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-562-000532-1-0
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: HOSPITAL SÃO FRANCISCO LTDA
Endereco: RUA PADRE DAMASO 100 - CENTRO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 65.705.444/0003-30
Atividade CNAE: 8610-1/01 - Atividades de atendimento hospitalar - exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências
N° Processo: 202602027875
Data do Deferimento: 08/09/2026
Data da Validade: 08/09/2027
Responsável Legal: CONCEICÃO CASTILHO CEBALLOS MELO
Responsável Técnico: ANA PAULA NERY XAVIER
Responsável Técnico Substituto: AMANDA NOELIA GAMA SOUZA/ DANIEL PORTO FELIZ/ ERIKA CRISTINA MARTINS/ ISAIAS DA SILVA FERREIRA/ JULIANA ALVES DE OLIVEIRA
N° CEVS: 353440110-861-000164-1-1
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: CAFÉ PACÍFICO S.A
Endereco: AV. DOS AUTONOMISTAS 1768 - VILA YARA - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 55.567.582/0130-81
Atividade CNAE: 5611-2/03 - Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares
N° Processo: 202602028809
Data do Deferimento: 01/09/2026
Data da Validade: 01/09/2027
Responsável Legal: MARINA DA FONTOURA AZAMBUJA
Responsável Técnico: N/A
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-561-002938-1-4
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: AMBEV S.A.
Endereco: RUA AMÉRICO VESPÚCIO 1001 - VILA MENCK - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 07.526.557/0105-04
Atividade CNAE: 4635-4/02 - Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante
N° Processo: 202602029536
Data do Deferimento: 01/09/2026
Data da Validade: 01/09/2027
Responsável Legal: LUCAS MACHADO LIRA
Responsável Técnico: N/A
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-463-000218-1-4
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: GARDE ESPACO CULTURAL LTDA
Endereco: RUA SÃO JOSÉ 515 - PESTANA - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 65.815.325/0001-78
Atividade CNAE: 5611-2/01 - Restaurantes e similares
N° Processo: 202602036249
Data do Deferimento: 01/09/2026
Data da Validade: 31/03/2027
Responsável Legal: MATHEUS DOS SANTOS PIRES
Responsável Técnico: N/A
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-561-003154-1-9
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: PAMELA SIMIONATO DE SOUZA
Endereco: AV. DINYSIA ALVES BARRETO 635 - VILA OSASCO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 33.906.817/0001-82
Atividade CNAE: 9609-2/06 - Serviços de tatuagem e colocação de piercing
N° Processo: 202602001618
Data do Deferimento: 09/09/2026
Data da Validade: 09/09/2027
Responsável Legal: PAMELA SIMIONATO DE SOUZA
Responsável Técnico: N/A
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-960-000376-1-3
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2024

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Saúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002413/2026
INTERESSADO: SECRETARIA DE SAÚDE
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO POR DESPACHO SECRETÁRIO

À vista dos elementos contidos no presente Processo Administrativo, e em atendimento à **Liminar 1024775-40.2025.8.26.0405**, com fundamento no Decreto Municipal nº 13.877/23, culminado com a Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO** a contratação de empresa especializada no fornecimento de **ILPI – Internação de Longa Permanência para Idosos**, por despacho a ser publicado na Imprensa Oficial do Município, a favor da empresa **HOSPEDAGEM TOMÉ DE SOUZA LTDA**., inscrita no CNPJ nº **71.839.302/0001-04**, pelo valor total de **R$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais)**, em face do paciente D. A.

PUBLIQUE-SE, e a seguir encaminhe o presente à Secretaria de Finanças para providências cabíveis.

Osasco, 14 de outubro de 2026.

FERNANDO MACHADO OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Saúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002420/2026
INTERESSADO: SECRETARIA DE SAÚDE
AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO INDENIZATÓRIO

À vista dos elementos contidos no presente Processo Administrativo, e em conformidade com decreto 13.877/2023, culminado com a Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO** o pagamento indenizatório, por despacho a ser publicado na Imprensa Oficial do Município, a favor da empresa **APSMED ASSESSORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 07.237.073/0001-40**, pelo valor total de **R$ 100.804,76 (cem mil oitocentos e quatro reais e setenta e seis centavos)**, devido ao serviço em hemoterapia clínica e fornecimento de Hemocomponentes para Agência Transfusional, no período de 01 de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026, em atendimento a Rede de Saúde Hospital Municipal e Maternidade Amador Aguiar – HMMAA.

PUBLIQUE-SE, e a seguir encaminhe o presente à Secretaria de Finanças para empenho e posterior pagamento.

Osasco, 14 de outubro de 2026.

FERNANDO MACHADO OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de
Saúde

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

DAÇÃO EM PAGAMENTO MEDIANTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Processo Administrativo nº: 2247/2026

Órgão responsável: Secretaria Municipal de Saúde de Osasco

Período para requerimento: 90 (noventa) dias contados da publicação, admitida a análise dos pedidos conforme a ordem de protocolo.

O **MUNICÍPIO DE OSASCO**, inscrito no CNPJ nº 46.523.171/0001-04, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, torna público o presente **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO** de pessoas físicas e jurídicas devedoras de créditos tributários ou não tributários inscritos em Dívida Ativa do Município, interessadas em oferecer serviços de saúde para fins de dação em pagamento, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 453, de 26 de novembro de 2025, especialmente seus arts. 11, 12 e 17 a 25, e do Decreto Municipal nº 15.081, de 14 de abril de 2026, especialmente seus arts. 3º e 18 a 20, observadas, subsidiariamente e apenas quando compatíveis com a natureza deste procedimento, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal pertinente.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Edital o credenciamento de estabelecimentos de saúde, pessoas físicas ou jurídicas, que possuam débitos tributários ou não tributários inscritos em Dívida Ativa do Município de Osasco e preencham os requisitos legais para utilização da dação em pagamento, para prestação de serviços aos usuários do SUS municipal, com imputação do valor dos serviços efetivamente executados, conferidos e definitivamente atestados à amortização ou extinção dos débitos abrangidos pelo respectivo Termo de Dação em Pagamento.

1.2. Os procedimentos admitidos, seus códigos, especificações técnicas, quantitativos estimados, capacidade mensal necessária e respectivos valores unitários oficiais constarão do Termo de Referência e do Rol de Serviços integrantes deste Edital.

1.3. Poderão ser abrangidos, conforme a necessidade formalmente justificada pela Secretaria Municipal de Saúde: tomografia computadorizada; ultrassonografia; ressonância magnética; mamografia; densitometria óssea; eletroencefalograma; monitoramento Holter; teste ergométrico; exames oftalmológicos; atendimento psicológico; fisioterapia; e os demais procedimentos expressamente incluídos nos anexos.

1.4. Os quantitativos indicados são estimativos e não geram direito subjetivo ao encaminhamento de volume mínimo de usuários. A execução dependerá da demanda regulada, da capacidade assistencial aceita, do saldo do débito incluído no Termo e da vigência do instrumento.

1.5. Poderão ser credenciados todos os interessados que preencham os requisitos jurídicos, fiscais, técnicos, sanitários e econômicos previstos neste Edital e cuja oferta

corresponda às necessidades constantes dos anexos, sem competição por preço ou formação de ordem classificatória.

1.6. O credenciamento e a habilitação técnica não conferem, isoladamente, direito à celebração do Termo de Dação em Pagamento, que dependerá da verificação individual do preenchimento das condições estabelecidas na Lei Complementar Municipal nº 453/2025, no Decreto Municipal nº 15.081/2026 e neste Edital.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar pessoas físicas ou jurídicas que:

a) sejam titulares, devedoras ou corresponsáveis por crédito tributário ou não tributário inscrito em Dívida Ativa do Município;

b) possuam créditos inscritos classificados como **de difícil recuperabilidade**, na forma da Lei Complementar Municipal nº 453/2025 e do Decreto Municipal nº 15.081/2026;

c) possuam débitos que alcancem o **valor consolidado mínimo de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) por devedor**, observadas as regras da legislação municipal para apuração desse montante;

d) estejam adimplentes com as obrigações fiscais municipais relativas ao exercício corrente, sem prejuízo dos débitos pretéritos objeto da proposta de dação;

e) possuam estabelecimento, instalações, profissionais, equipamentos, licenças e autorizações compatíveis com os serviços ofertados;

f) atendam às exigências deste Edital e aceitem integralmente os valores oficiais aplicáveis aos procedimentos, conforme o Termo de Referência e o Rol de Serviços.

2.2. A verificação das condições previstas nas alíneas “b” e “c” do item 2.1 será realizada pelos órgãos municipais competentes no âmbito da instrução individual destinada à celebração do Termo de Dação.

2.3. A habilitação técnica do estabelecimento não implica reconhecimento definitivo da elegibilidade dos créditos para dação, nem gera direito subjetivo à celebração do Termo.

2.4. A participação de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial será admitida mediante comprovação de que o plano homologado permite a assunção e o cumprimento das obrigações propostas, além da demonstração de capacidade operacional e econômico-financeira.

2.5. Não poderá participar interessado impedido por decisão administrativa ou judicial aplicável ao Município de Osasco, nem aquele cuja situação técnica, sanitária ou profissional inviabilize a prestação dos serviços.

3. DA DOCUMENTAÇÃO

3.1. O requerimento será instruído com documentação suficiente à comprovação da personalidade e representação do interessado, da titularidade ou responsabilidade pelo

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de
Saúde

débito, da regularidade exigida pela Lei Complementar nº 453/2025 e pelo Decreto nº 15.081/2026 e da capacidade técnica, sanitária e econômico-financeira necessária à execução.

3.2. Para habilitação jurídica e fiscal serão exigidos:

a) documento de identidade e inscrição profissional, quando pessoa física, ou ato constitutivo, alterações e documento do representante, quando pessoa jurídica;

b) comprovante de inscrição no CPF ou CNPJ;

c) certidão ou relatório expedido pelo órgão municipal competente que identifique as inscrições em Dívida Ativa, sua natureza, valor atualizado e eventuais ações de execução fiscal;

d) documentação necessária à verificação da classificação dos créditos como de difícil recuperabilidade e do valor consolidado mínimo exigido pela legislação;

e) comprovação de regularidade das obrigações fiscais municipais relativas ao exercício corrente;

f) regularidade perante as Fazendas Federal e Estadual, FGTS e Justiça do Trabalho, quando aplicável;

g) certidão de falência ou recuperação judicial e, se for o caso, plano homologado e prova de seu regular cumprimento;

h) demonstrações contábeis exigíveis, quando necessárias à avaliação da capacidade de execução da oferta.

3.3. Para habilitação técnica e sanitária serão exigidos:

a) licença ou alvará sanitário vigente;

b) inscrição ativa e compatível no CNES;

c) indicação do responsável técnico, seu registro regular no conselho profissional e comprovação do vínculo com o estabelecimento;

d) relação das instalações, equipamentos e profissionais destinados aos serviços;

e) comprovação de capacidade técnica compatível, mediante atestados ou documentos equivalentes;

f) proposta de oferta, com procedimentos, quantidades máximas mensais, dias, horários, local de atendimento e valor total estimado;

g) declarações previstas nos anexos.

3.4. A exigência de habilitação específica para atendimento ao SUS, vinculação ao gestor municipal, registro da produção ou acesso aos sistemas municipais deverá estar expressamente respaldada em manifestação técnica da Secretaria Municipal de Saúde e ser atendida antes do início da execução.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de
Saúde

3.5. A Administração poderá realizar diligências para esclarecer informações, atualizar documentos ou confirmar condições preexistentes à data do requerimento, vedada a inclusão posterior de requisito essencial que não estivesse atendido no momento próprio.

3.6. A regularidade relativa às obrigações fiscais correntes deverá ser mantida durante a vigência do Termo de Dação.

3.7. Débitos supervenientes não abrangidos pelo Termo não serão automaticamente incorporados à dação, permanecendo sujeitos ao regime ordinário de cobrança, salvo nova providência expressamente admitida pela legislação municipal.

4. DO REQUERIMENTO E DA HABILITAÇÃO

4.1. Os pedidos poderão ser apresentados durante 90 (noventa) dias contados da publicação deste Edital, pelo e-mail comissãoespecial.ss@osasco.sp.gov.br;

4.2. Cada pedido será autuado e analisado sem necessidade de aguardar o encerramento do prazo geral, observados tratamento isonômico e ordem de protocolo.

4.3. A Secretaria Municipal de Saúde examinará a documentação de sua competência, realizará vistoria técnica e elaborará a lista dos interessados que atendam aos requisitos técnicos e econômicos do credenciamento.

4.4. A habilitação promovida pela Secretaria Municipal de Saúde terá natureza técnica e administrativa e não importará reconhecimento definitivo da elegibilidade dos créditos para dação.

4.5. A lista dos interessados habilitados, acompanhada da respectiva instrução, será encaminhada à Comissão de Transação Fiscal para o prosseguimento do procedimento, observadas as competências previstas na legislação municipal.

4.6. A celebração do Termo de Dação ficará condicionada à confirmação, no processo individual, do atendimento de todos os requisitos legais, inclusive difícil recuperabilidade, valor consolidado mínimo, regularidade fiscal corrente e demais manifestações e aprovações exigidas pela legislação.

4.7. O resultado da habilitação será publicado na Imprensa Oficial do Município.

5. DA VISTORIA TÉCNICA

5.1. Os estabelecimentos habilitados documentalmente serão submetidos a vistoria por equipe designada pela Secretaria Municipal de Saúde, destinada a confirmar estrutura física, equipamentos, equipe, biossegurança, acessibilidade, capacidade operacional, regularidade sanitária e aderência aos protocolos aplicáveis.

5.2. A vistoria será documentada em relatório ou ficha padronizada. Constatada irregularidade sanável, poderá ser concedido prazo razoável para correção e realização de nova vistoria, desde que preservadas a isonomia e a segurança dos usuários.

5.3. A aprovação na vistoria poderá abranger apenas determinados procedimentos, de acordo com a capacidade técnica efetivamente demonstrada pelo estabelecimento.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de Saúde

6. DOS VALORES DOS SERVIÇOS

6.1. Os valores dos serviços admitidos para fins de dação em pagamento corresponderão **exclusivamente aos valores constantes das tabelas oficiais do SUS**, mediante utilização do **SIGTAP/SUS e/ou SUS Paulista**, conforme aplicável ao respectivo procedimento e à competência de sua realização.

6.2. Para cada procedimento deverão ser identificados, no Rol de Serviços ou nos documentos técnicos correspondentes:

a) código;

b) descrição oficial;

c) tabela oficial aplicável;

d) competência ou data de referência;

e) valor unitário oficial;

f) componentes compreendidos no respectivo valor, quando necessário.

6.3. Não serão utilizados, para formação autônoma do valor da dação, pesquisa de mercado, cotações privadas, painéis de preços ou valores de contratos administrativos municipais, ressalvada sua utilização meramente informativa quando necessária à instrução técnica e desde que não altere o valor oficial aplicável.

6.4. Deverá existir correspondência entre o procedimento efetivamente realizado, seu código oficial e o valor utilizado para a dação, vedada a utilização de código distinto ou artificialmente mais oneroso.

6.5. Será considerado o valor oficial vigente na competência da efetiva realização do procedimento, observado o regime definido no Termo de Referência.

6.6. Alterações posteriores das tabelas oficiais produzirão efeitos prospectivos sobre os procedimentos realizados nas competências subsequentes, não implicando revisão dos serviços anteriormente executados.

6.7. A atualização decorrente de modificação da tabela oficial não caracteriza reajuste ou revisão contratual, constituindo mera aplicação do valor oficial correspondente à competência do procedimento.

6.8. Os valores não poderão ser livremente negociados entre o Município e o credenciado.

6.9. A Secretaria Municipal de Saúde e a UAC manterão registro da tabela, competência e valor oficial utilizados em cada apuração, de forma a assegurar integral rastreabilidade.

7. DA FORMALIZAÇÃO E DOS EFEITOS SOBRE O DÉBITO

7.1. A habilitação e o credenciamento não extinguem, suspendem ou novam o crédito. A dação será formalizada individualmente por Termo de Dação em Pagamento, após o

rito e as aprovações previstos na Lei Complementar nº 453/2025 e no Decreto nº 15.081/2026.

7.2. O Termo identificará, no mínimo:

a) o devedor e os créditos abrangidos, com indicação das inscrições e/ou CDAs, natureza e valor consolidado;

b) os processos judiciais e administrativos relacionados;

c) os serviços, valores oficiais aplicáveis e capacidade mensal aceita;

d) o prazo de execução e o limite financeiro da dação;

e) as condições de encaminhamento, execução, conferência, ateste, imputação e baixa;

f) os critérios de imputação entre os créditos abrangidos, quando houver pluralidade de inscrições ou CDAs;

g) os efeitos do inadimplemento e da extinção antecipada;

h) a responsabilidade por custas, emolumentos, taxas judiciárias e honorários advocatícios.

7.3. A assinatura importará reconhecimento e confissão irrevogável e irretratável dos créditos abrangidos, bem como as renúncias e desistências expressamente determinadas pela legislação municipal e pelo Termo.

7.4. A exigibilidade do crédito e os atos de cobrança somente serão suspensos quando e na extensão autorizados pela legislação ou por decisão expressa da autoridade competente, permanecendo eficazes as garantias até a efetiva extinção do saldo, salvo disposição expressa em contrário.

7.5. Os serviços serão apurados e definitivamente atestados por competência mensal, mas a **imputação e a baixa dos respectivos valores serão processadas trimestralmente**, mediante processo administrativo específico instruído na forma do Termo de Referência.

7.6. A imputação trimestral produzirá efeitos financeiros relativamente a cada parcela desde a competência em que o respectivo procedimento tenha sido efetivamente realizado, desde que posteriormente definitivamente atestado, cessando, quanto ao valor correspondente, a incidência de atualização e encargos moratórios a partir da respectiva competência.

7.7. A retroação prevista no item anterior possui efeitos exclusivamente financeiros e contábeis e não importa baixa antecipada, quitação, novação ou extinção formal do crédito antes da conclusão do procedimento administrativo de imputação.

7.8. Havendo mais de uma inscrição ou CDA abrangida pelo Termo, a imputação observará critérios objetivos, uniformes e previamente definidos, de forma a impedir escolha casuística dos débitos a serem amortizados.

7.9. Os critérios de imputação considerarão, conforme disciplinado no Termo de Dação, a natureza dos créditos, sua ordem, existência de cobrança judicial e garantias, bem como a apropriação entre principal, atualização e demais encargos.

7.10. A unidade responsável pela Dívida Ativa emitirá, a cada processamento trimestral, demonstrativo contendo os créditos alcançados, saldo anterior, atualização, valores imputados, efeitos financeiros considerados e saldo remanescente.

7.11. A dação não implicará desconto do principal dos créditos abrangidos.

7.12. Custas, emolumentos, taxas judiciárias e honorários advocatícios observarão a legislação municipal e o Termo de Dação e não serão considerados automaticamente quitados pela prestação dos serviços.

7.13. Não haverá restituição em dinheiro, geração de crédito futuro ou “troco” em favor do dador por serviços executados além do saldo passível de amortização.

7.14. O Município deverá acompanhar permanentemente o saldo para evitar encaminhamento de serviços em valor superior ao necessário à integral amortização.

8. DA VIGÊNCIA E DO INÍCIO

8.1. O Termo de Dação terá vigência de **12 (doze) meses contados da Ordem de Início ou até a integral extinção do débito abrangido, o que ocorrer primeiro**.

8.2. A existência de saldo devedor ao término da vigência não gera direito subjetivo à continuidade da prestação ou à celebração de novo instrumento.

8.3. A Ordem de Início será emitida após a assinatura do Termo, a manutenção das condições de habilitação e a liberação dos acessos e cadastros indispensáveis.

8.4. O término da vigência não prejudicará a conferência, o saneamento, o ateste e a posterior imputação dos serviços regularmente executados durante sua vigência.

8.5. Eventual saldo remanescente continuará sujeito ao regime jurídico próprio do crédito e às medidas de cobrança cabíveis.

9. DA REGULAÇÃO E DA EXECUÇÃO ASSISTENCIAL

9.1. Os usuários serão encaminhados exclusivamente pela Central de Regulação municipal, conforme os protocolos vigentes. Serviços realizados sem encaminhamento e agendamento regulares não serão computados, ressalvadas hipóteses previamente autorizadas e documentadas pela Secretaria.

9.2. O credenciado disponibilizará agendas com a antecedência e no formato definidos no Termo de Referência. O Município distribuirá os encaminhamentos por critério objetivo, impessoal e auditável, considerando a capacidade aceita, o procedimento habilitado, a localização ou necessidade do usuário e, quando cabível, rodízio entre estabelecimentos equivalentes.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de Saúde

9.3. Não haverá garantia de demanda mínima. A insuficiência de produção causada pela ausência de encaminhamentos, por absenteísmo dos usuários ou por fato imputável ao Município não caracterizará inadimplemento do credenciado.

9.4. O agendamento acima da capacidade disponibilizada somente poderá ocorrer com anuência prévia do estabelecimento e sem prejuízo dos limites técnicos, sanitários e de segurança do atendimento.

9.5. Cancelamentos deverão ser comunicados no prazo definido no Termo de Referência, assegurada prioridade aos usuários afetados no reagendamento.

9.6. É vedado cobrar do usuário qualquer valor, taxa, complementação ou serviço vinculado ao atendimento encaminhado pelo SUS, bem como conferir-lhe tratamento discriminatório em relação a pacientes particulares ou de planos de saúde.

9.7. O credenciado observará os protocolos clínicos, as normas sanitárias e de biossegurança, os prazos para emissão de laudos, os deveres de acessibilidade e as regras municipais de regulação.

10. DO REGISTRO, DA CONFERÊNCIA, DO ATESTE E DA IMPUTAÇÃO

10.1. Os serviços serão registrados nos sistemas e formatos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, vinculados ao usuário, à solicitação, ao agendamento, à competência e à data de realização.

10.2. A exigência de arquivo BPA e de processamento no SIA/SUS será utilizada para controle da produção quando tecnicamente aplicável, observadas as regras constantes do Termo de Referência.

10.3. Somente poderão integrar a produção aceita os serviços cumulativamente:

a) regularmente encaminhados e efetivamente realizados;

b) registrados com os documentos clínicos exigidos;

c) conferidos quanto à identidade do usuário, procedimento, data e qualidade;

d) compreendidos na Matriz de Oferta e nos limites do Termo;

e) definitivamente atestados pelo gestor e pelos fiscais designados.

10.4. Não serão reconhecidos para fins de dação os serviços duplicados, não realizados, executados sem encaminhamento válido, tecnicamente inconclusivos por falha do credenciado ou desacompanhados dos registros obrigatórios.

10.5. Antes da glosa definitiva, quando a irregularidade admitir saneamento, o credenciado será notificado para apresentar esclarecimentos ou corrigir as inconsistências formais na forma e nos prazos do Termo de Referência.

10.6. O credenciado apresentará a produção até o **10º (décimo) dia útil do mês subsequente à competência da realização**, ressalvado calendário operacional específico da UAC.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de
Saúde

10.7. A Secretaria elaborará **Relatório Mensal de Produção e Ateste**, discriminando os serviços apresentados, serviços aceitos, glosas e respectivos valores oficiais.

10.8. O relatório mensal possui natureza instrutória e não gera, isoladamente, baixa ou extinção do crédito.

10.9. Ao final de cada trimestre, os relatórios mensais definitivamente consolidados serão reunidos em **processo administrativo específico de imputação e baixa**, instruído com os documentos estabelecidos no Termo de Referência.

10.10. O processo será encaminhado à unidade responsável pela Dívida Ativa para realização da imputação segundo os critérios previamente estabelecidos, atualização dos registros e emissão do demonstrativo do saldo remanescente.

10.11. Será assegurada rastreabilidade integral entre usuário regulado, agendamento, procedimento realizado, prontuário, produção SUS quando aplicável, conferência, ateste mensal, valor oficial, processo trimestral, inscrição/CDA alcançada e respectiva baixa.

11. DA FISCALIZAÇÃO E DA QUALIDADE

11.1. A Secretaria Municipal de Saúde acompanhará, supervisionará, fiscalizará e atestará a execução, por meio de servidores formalmente designados.

11.2. Poderão ser realizadas inspeções, auditorias de prontuários e pesquisas de satisfação, observados o sigilo profissional, a proteção dos dados pessoais e o devido registro no processo.

11.3. A transparência será assegurada pela publicação do extrato dos Termos e de dados agregados de execução, vedada a divulgação de informações que identifiquem usuários ou revelem dados pessoais sensíveis.

12. DA PROTEÇÃO DE DADOS

12.1. O tratamento de dados pessoais observará a Lei Federal nº 13.709/2018, a legislação sanitária, o sigilo profissional e as políticas municipais de segurança da informação.

12.2. O Termo e seu anexo de proteção de dados definirão, conforme cada operação de tratamento, as posições de controlador e operador, as finalidades, bases legais, perfis de acesso, registros de auditoria, prazos de guarda, regras de compartilhamento e procedimento de resposta a incidentes.

12.3. O credenciado utilizará os dados somente para a assistência e para as obrigações decorrentes do Termo, vedado seu uso comercial, publicitário, para prospecção ou captação de clientela ou para finalidade estranha à assistência.

12.4. Qualquer incidente de segurança confirmado ou razoavelmente suspeito deverá ser comunicado ao Município **em até 24 (vinte e quatro) horas da ciência**, com as informações disponíveis, sem prejuízo de posterior complementação e das demais comunicações legalmente exigidas.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de Saúde

13. DAS ALTERAÇÕES E DA EXTINÇÃO DO TERMO

13.1. As quantidades entre procedimentos poderão ser ajustadas mediante justificativa, concordância formal, compatibilidade com a demanda, habilitação técnica, respeito aos valores oficiais aplicáveis, ao limite financeiro e ao saldo do débito.

13.2. O Termo será encerrado:

a) pela integral extinção do débito abrangido;

b) pelo término do prazo de 12 (doze) meses;

c) por acordo entre as partes, quando juridicamente admissível;

d) por perda das condições de habilitação;

e) por descumprimento, após o devido processo;

f) por interesse público superveniente, mediante decisão motivada.

13.3. O encerramento preservará o reconhecimento dos serviços regularmente executados durante a vigência e definitivamente aceitos, ainda que sua imputação administrativa ocorra posteriormente.

13.4. O encerramento sem integral amortização não implica quitação, remissão ou novação do saldo remanescente, que continuará sujeito à atualização e às medidas de cobrança cabíveis.

14. DAS MEDIDAS POR DESCUMPRIMENTO, SANÇÕES E DESCREDENCIAMENTO

14.1. Sem prejuízo das responsabilidades civil, sanitária, administrativa e penal previstas em lei, o descumprimento poderá ensejar, conforme a natureza, gravidade, reincidência e efeitos:

a) determinação de correção;

b) advertência;

c) glosa dos serviços irregulares;

d) suspensão cautelar ou temporária de novos encaminhamentos;

e) aplicação das sanções administrativas legalmente cabíveis;

f) descredenciamento;

g) extinção do Termo;

h) ressarcimento dos prejuízos comprovados;

i) comunicação aos órgãos competentes.

14.2. As sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 13.715/2023 serão aplicadas quando houver enquadramento legal

e compatibilidade com a natureza do credenciamento e do Termo de Dação, vedada sua transposição automática.

14.3. A aplicação das medidas sancionatórias observará o contraditório e a ampla defesa, ressalvada a adoção de providências cautelares indispensáveis à proteção dos usuários, da Administração ou dos dados pessoais.

14.4. Constituem causas relevantes para suspensão cautelar de encaminhamentos, sem prejuízo da apuração: risco à saúde ou à segurança dos usuários; perda de licença indispensável; cobrança indevida; fraude nos registros; violação grave de dados; recusa discriminatória; ou falha assistencial grave.

15. DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

15.1. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de esclarecimento ou impugnação ao Edital pelo canal indicado no item 4.1, observados os prazos e procedimentos estabelecidos pela Administração e, subsidiariamente, quando compatível, o regime da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. Das decisões de inabilitação, glosa definitiva, aplicação de sanção ou descredenciamento caberá recurso administrativo, observado o prazo e o rito legalmente aplicáveis e as competências estabelecidas na legislação municipal.

15.3. A utilização subsidiária do regime recursal da Lei Federal nº 14.133/2021 não alterará as competências próprias estabelecidas na Lei Complementar Municipal nº 453/2025 e no Decreto Municipal nº 15.081/2026.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O presente credenciamento possui natureza instrumental à celebração dos Termos de Dação em Pagamento e não gera obrigação de pagamento em dinheiro pelo Município.

16.2. O devedor continuará responsável pelo saldo não amortizado, pelos créditos não incluídos no Termo e pelos valores que a legislação exclua da dação.

16.3. O credenciamento não assegura quantidade mínima de encaminhamentos, valor mínimo de amortização ou integral extinção do débito durante a vigência.

16.4. Os casos omissos serão decididos pela Secretaria Municipal de Saúde, no âmbito de suas competências técnicas e administrativas, ouvidas a Comissão de Transação Fiscal e a Procuradoria-Geral do Município quando a matéria envolver a dação, o crédito público ou interpretação jurídica.

16.5. Integram este Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

I – Termo de Referência;

II – Minuta do Termo de Dação em Pagamento;

III – Requerimento de Credenciamento e Plano de Trabalho;

IV – Modelos de declarações;

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de
Saúde

V- Portaria SS 003/2026

16.6. Em caso de divergência entre documentos operacionais ou anexos, deverão ser observadas prioritariamente a Lei Complementar Municipal nº 453/2025, o Decreto Municipal nº 15.081/2026 e as disposições deste Edital e do Termo de Dação, sem prejuízo da prevalência de norma hierarquicamente superior.

16.7. As expressões “valor de referência”, “valor unitário de referência”, “valor do Anexo I-A” ou equivalentes constantes dos documentos integrantes deverão ser compreendidas, após a consolidação final, como referência ao **valor oficial aplicável ao procedimento na respectiva competência, conforme SIGTAP/SUS e/ou SUS Paulista**, vedada formação autônoma ou negociação de preço.

Osasco, 14 de outubro de 2026.

FERNANDO MACHADO OLIVEIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de Saúde

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PARA DAÇÃO EM PAGAMENTO MEDIANTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Processo Administrativo nº: 2247/2026

Unidade requisitante: Secretaria Municipal de Saúde de Osasco

Unidade responsável pelo controle da produção: Unidade de Avaliação e Controle – UAC
Responsável pela elaboração: João Ricardo Morina, Chefe de Gabinete da SS.

1. IDENTIFICAÇÃO E FUNDAMENTO DO PROCEDIMENTO

1.1. Este Termo de Referência disciplina o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas devedoras de créditos tributários ou não tributários inscritos em Dívida Ativa do Município de Osasco, interessadas em prestar serviços de saúde aos usuários regulados pelo Município, para fins de dação em pagamento.

1.2. O procedimento fundamenta-se na Lei Complementar Municipal nº 453, de 26 de novembro de 2025, e no Decreto Municipal nº 15.081, de 14 de abril de 2026, que a regulamenta.

1.2.1. A participação no presente procedimento fica condicionada à prévia verificação de que os créditos inscritos em Dívida Ativa abrangidos pela proposta de dação atendam aos requisitos estabelecidos nos arts. 11 e 12 da Lei Complementar Municipal nº 453/2025 e no art. 3º do Decreto Municipal nº 15.081/2026, especialmente quanto à sua classificação como **créditos de difícil recuperabilidade** e ao atendimento do **piso mínimo consolidado de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) por devedor**.

1.2.2. Para fins de aferição do piso mínimo, será considerado o valor consolidado dos débitos elegíveis por devedor, devidamente inscritos em Dívida Ativa e classificados como de difícil recuperabilidade, observados os critérios e demais condições estabelecidos na legislação municipal.

1.2.3. O atendimento ao piso mínimo e à classificação de difícil recuperabilidade constitui requisito de elegibilidade e não gera direito subjetivo ao credenciamento ou à celebração do Termo de Dação, permanecendo necessária a satisfação das demais condições jurídicas, fiscais, técnicas, sanitárias e assistenciais e a aprovação pelos órgãos municipais competentes.

1.3. Aplicam-se subsidiariamente, apenas quando compatíveis com a natureza da dação e do credenciamento, a Lei Federal nº 14.133/2021, a legislação do SUS, as normas sanitárias, a Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD e a regulamentação municipal pertinente.

1.4. Este documento integra a instrução técnica da Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser acompanhado do Plano de Trabalho, do Rol de Serviços, das tabelas

oficiais utilizadas para definição dos valores e dos demais estudos e documentos técnicos pertinentes.

1.5. O Programa Agora Tem Especialistas poderá ser utilizado exclusivamente como referência técnica para organização da produção e avaliação assistencial, desde que compatível com a legislação municipal, não substituindo nem ampliando a disciplina da Lei Complementar Municipal nº 453/2025 e do Decreto Municipal nº 15.081/2026.

2. DEFINIÇÕES

2.1. Para os fins deste Termo de Referência, considera-se:

a) **credenciamento:** procedimento público, isonômico e não competitivo destinado à habilitação dos interessados aptos;

b) **dador ou devedor:** pessoa física ou jurídica titular, devedora ou corresponsável por crédito inscrito em Dívida Ativa que celebre Termo de Dação;

c) **credenciado:** interessado habilitado jurídica, técnica, sanitária e administrativamente;

d) **Termo de Dação:** instrumento individual que identifica os débitos abrangidos e estabelece os serviços, valores, limites, obrigações e condições de amortização;

e) **demanda regulada:** usuário, consulta, exame ou procedimento encaminhado e agendado pela Central de Regulação;

f) **Matriz de Oferta:** relação dos procedimentos que o estabelecimento está habilitado e autorizado a executar, com capacidade e valores unitários oficiais;

g) **produção apresentada:** serviços informados pelo dador para conferência;

h) **produção aceita:** serviços cuja execução e conformidade tenham sido comprovadas e definitivamente atestadas;

i) **glosa:** exclusão total ou parcial de serviço da produção aceita, mediante decisão motivada;

j) **amortização:** imputação do valor da produção definitivamente aceita ao saldo dos créditos abrangidos;

k) **saldo devedor:** valor atualizado dos créditos abrangidos, após as imputações realizadas;

l) **débitos elegíveis:** créditos tributários ou não tributários inscritos em Dívida Ativa que preencham os requisitos legais e regulamentares para utilização na dação, inclusive classificação de difícil recuperabilidade e piso mínimo consolidado;

m) **saldo passível de amortização:** valor atualizado dos créditos efetivamente abrangidos pelo Termo de Dação e passíveis de extinção mediante prestação de serviços.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de Saúde

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. O objeto consiste no credenciamento de estabelecimentos para execução complementar de serviços de saúde, conforme especificações, códigos, quantitativos estimados e valores unitários oficiais constantes do Anexo I-A.

3.2. O escopo poderá contemplar:

a) tomografia computadorizada, com ou sem contraste;

b) ultrassonografia simples e com Doppler;

c) ressonância magnética, com ou sem contraste;

d) mamografia;

e) densitometria óssea;

f) eletroencefalograma;

g) monitoramento Holter de 24 horas;

h) teste ergométrico;

i) consultas, exames e procedimentos oftalmológicos;

j) atendimentos de psicologia;

k) sessões de fisioterapia e reabilitação;

l) demais serviços expressamente constantes do Anexo I-A.

3.3. A inclusão de procedimento dependerá de especificação técnica, demanda demonstrada, existência de valor em tabela oficial aplicável, protocolo de acesso, critério de medição e capacidade de fiscalização.

3.4. Não integram o objeto nem geram direito à amortização os serviços executados sem regular encaminhamento e autorização municipal, fora da Matriz de Oferta individual, em desacordo com este Termo, com o Edital ou com o Termo de Dação, ou em valor que exceda o saldo passível de amortização, ressalvado o tratamento previsto no item 17.

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E DO INTERESSE PÚBLICO

4.1. A Secretaria Municipal de Saúde mantém demanda reprimida por consultas, exames diagnósticos, terapias e procedimentos especializados, conforme dados da Central de Regulação consolidados no Anexo I-B.

4.2. A insuficiência ou indisponibilidade tempestiva de oferta pode retardar diagnósticos, agravar condições clínicas, aumentar encaminhamentos de urgência e elevar o custo assistencial futuro.

4.3. A dação em pagamento permite utilizar capacidade assistencial instalada de estabelecimentos devedores para ampliar a assistência à população e, simultaneamente, promover a recuperação de créditos públicos inscritos em Dívida

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de
Saúde

Ativa classificados como de difícil recuperabilidade, preservadas a legalidade, a isonomia, a segurança assistencial e o adequado controle da amortização.

4.4. A escolha dos procedimentos deverá considerar:

a) número de usuários aguardando;

b) tempo médio de espera;

c) relevância para diagnóstico ou continuidade terapêutica;

d) risco clínico decorrente da demora;

e) insuficiência da oferta existente;

f) possibilidade de medição objetiva e fiscalização;

g) compatibilidade dos procedimentos e respectivos valores com as tabelas oficiais vigentes do **SIGTAP/SUS e SUS Paulista**.

4.5. A solução possui caráter complementar e não cria exclusividade nem implica substituição automática da rede própria ou das demais contratações existentes.

5. RESULTADOS PRETENDIDOS

5.1. Pretende-se reduzir filas e tempos de espera, ampliar o acesso regulado, antecipar diagnóstico, tratamento e reabilitação, aproveitar capacidade assistencial disponível, promover a recuperação de créditos inscritos em Dívida Ativa e assegurar rastreabilidade entre regulação, atendimento, produção, ateste, imputação e baixa.

5.2. Deverão ser prevenidos cobrança dos usuários, duplicidade de registros ou remuneração, execução sem comprovação e amortização indevida.

5.3. Os resultados serão monitorados pelos indicadores previstos neste Termo.

6. NATUREZA E FORMA DO CREDENCIAMENTO

6.1. O procedimento será aberto aos interessados que atendam aos requisitos estabelecidos, sem disputa ou classificação por preço.

6.2. O credenciamento não gera direito à celebração imediata do Termo de Dação, à suspensão automática da cobrança do crédito, ao encaminhamento de quantidade mínima ou ao recebimento em dinheiro.

6.3. A celebração individual ficará condicionada:

a) à inscrição dos créditos em Dívida Ativa;

b) à classificação dos créditos como de difícil recuperabilidade;

c) ao atendimento do piso mínimo consolidado de R$ 350.000,00 por devedor;

d) à análise da Comissão de Transação Fiscal;

e) à manutenção da regularidade das obrigações fiscais correntes;

f) à habilitação jurídica, técnica, sanitária e assistencial;

g) às demais aprovações legalmente exigidas.

6.3.1. O credenciamento técnico não implica reconhecimento automático da elegibilidade dos créditos nem gera direito à celebração do Termo.

6.3.2. A verificação definitiva dos créditos abrangidos será realizada no processo individual, com sua identificação no Anexo A do Termo de Dação.

6.4. A distribuição dos usuários observará critérios impessoais e auditáveis, consideradas a habilitação por procedimento, capacidade aceita, necessidade assistencial, acesso geográfico e rodízio entre prestadores equivalentes.

6.5. A celebração do Termo implicará formalização da confissão irrevogável e irretratável dos débitos individualizados, bem como das renúncias e desistências exigíveis.

6.6. Existindo impugnações, recursos ou medidas judiciais relacionadas aos créditos abrangidos, o interessado adotará as providências de desistência e, quando juridicamente cabível, de renúncia previstas no Termo.

7. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL E LOCAL DE EXECUÇÃO

7.1. Os serviços serão executados em estabelecimentos previamente vistoriados, identificados no Termo de Dação e situados em [OSASCO/RAIO OU MUNICÍPIOS ADMITIDOS].

7.2. A definição territorial considerará deslocamento, transporte, acessibilidade, continuidade assistencial e interesse dos usuários.

7.3. A alteração do local dependerá de autorização, vistoria e atualização dos cadastros e licenças.

8. QUANTITATIVOS E CAPACIDADE

8.1. Os quantitativos estimados decorrerão dos dados da Central de Regulação, discriminados por procedimento no Anexo I-A e acompanhados da respectiva data-base.

8.2. Cada interessado indicará sua capacidade mensal máxima por procedimento, dias, horários e local de atendimento.

8.3. A capacidade ofertada será analisada quanto à compatibilidade com a demanda, recursos humanos, equipamentos e horários.

8.4. Não haverá garantia de execução mínima, podendo a Secretaria utilizar quantidade inferior à estimativa sem gerar indenização, pagamento ou compensação.

8.5. Não será imputado ao estabelecimento desempenho inferior à capacidade ofertada quando decorrente de falta de encaminhamento, absenteísmo ou fato atribuível ao Município.

8.6. A oferta poderá ser redistribuída entre procedimentos mediante justificativa, concordância formal, habilitação técnica e respeito ao saldo passível de amortização.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de Saúde

9. DOS VALORES DOS SERVIÇOS E DOS REFERENCIAIS OFICIAIS

9.1. Os valores unitários dos serviços serão definidos **exclusivamente com base nas tabelas oficiais vigentes aplicáveis ao Sistema Único de Saúde – SUS**, adotando-se, conforme o procedimento, os valores constantes do **SIGTAP/SUS e/ou da Tabela SUS Paulista**, observadas as regras e condições próprias de cada referencial.

9.2. Para cada procedimento serão identificados código, descrição oficial, tabela utilizada, competência ou data de vigência e valor unitário aplicável.

9.3. Não serão admitidos valores formados por pesquisa de mercado, cotações particulares, painéis de preços ou contratações administrativas do Município ou de outros entes.

9.4. Deverá existir exata correspondência entre o procedimento executado e seu código, descrição, modalidade e condições previstas no referencial oficial, vedado enquadramento diverso destinado a majorar o valor imputado.

9.5. Os valores corresponderão às tabelas oficiais vigentes na respectiva competência.

9.6. Alterações oficiais do SIGTAP/SUS ou da Tabela SUS Paulista produzirão efeitos prospectivos a partir da competência ou data de vigência estabelecida oficialmente.

9.7. A alteração prevista no item anterior não caracteriza reajuste, revisão ou renegociação do valor da dação.

9.8. A atualização dos valores não poderá resultar em amortização superior ao saldo atualizado dos créditos abrangidos.

9.9. A Secretaria Municipal de Saúde, com apoio da UAC, manterá registro da tabela, competência, código e valor oficial utilizados na apuração de cada produção.

9.10. Não haverá formação autônoma ou negociação de preços entre Município e credenciado.

10. REQUISITOS DO ESTABELECIMENTO E DO DEVEDOR

10.1. O estabelecimento deverá possuir constituição e representação regulares, licença sanitária vigente, CNES compatível, responsável técnico, profissionais habilitados, instalações adequadas, equipamentos regulares, protocolos de biossegurança, capacidade de registro da produção, plano de contingência e regularidade das obrigações fiscais correntes.

10.2. Para serviços sujeitos a requisitos especiais serão exigidas as licenças, autorizações, protocolos, profissionais e equipamentos correspondentes.

10.3. Os requisitos específicos serão detalhados no Anexo I-C.

10.4. Os débitos abrangidos pela dação não se confundem com as obrigações fiscais correntes ou supervenientes.

10.5. A Administração poderá exigir documentos comprobatórios da regularidade fiscal corrente.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de
Saúde

10.6. Débitos correntes ou supervenientes não serão automaticamente incorporados ao Termo em execução.

10.7. Constatada irregularidade fiscal corrente, o interessado será notificado para regularização, observados os procedimentos e consequências legalmente previstos.

11. VISTORIA E HABILITAÇÃO TÉCNICA

11.1. A Secretaria realizará vistoria antes do início dos serviços.

11.2. Serão verificados estrutura, fluxos, equipamentos, equipe, documentação, segurança, acessibilidade e capacidade.

11.3. A vistoria será formalmente registrada.

11.4. Irregularidade sanável poderá ser corrigida no prazo fixado pela Administração, com nova verificação.

11.5. Inspeções posteriores poderão ocorrer a qualquer tempo.

12. REGULAÇÃO, AGENDAMENTO E ACESSO

12.1. Somente serão atendidos usuários encaminhados e agendados pela Central de Regulação municipal.

12.2. O estabelecimento disponibilizará suas agendas nos prazos e formatos definidos pela Secretaria.

12.3. Dias e horários constarão da Matriz de Oferta ou do fluxo operacional.

12.4. O tempo de espera presencial observará os parâmetros definidos pela área técnica.

12.5. Cancelamentos pelo estabelecimento serão comunicados tempestivamente, assegurado reagendamento prioritário.

12.6. O agendamento acima da capacidade dependerá de anuência do estabelecimento.

12.7. Faltas dos usuários serão registradas sem contabilização para amortização.

13. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO ASSISTENCIAL

13.1. O atendimento observará os protocolos do SUS e do Município e as normas técnicas e profissionais.

13.2. O estabelecimento fornecerá, sem cobrança adicional, todos os recursos incluídos na especificação e no valor oficial do procedimento.

13.3. É vedado cobrar do usuário, condicionar o atendimento à contratação particular, discriminar usuários do SUS, substituir procedimento sem autorização, executar serviço fora da Matriz para fins de amortização ou registrar serviço não realizado ou duplicado.

13.4. Os laudos serão disponibilizados nos prazos definidos no Anexo I-C.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de
Saúde

13.5. Achados críticos serão imediatamente comunicados conforme protocolo.

13.6. Procedimento inconclusivo por falha do estabelecimento será repetido sem ônus, quando clinicamente indicado.

14. SISTEMAS, PRONTUÁRIO E PRODUÇÃO SUS

14.1. Os atendimentos serão registrados no Prontuário Eletrônico municipal ou sistema indicado.

14.2. O acesso será pessoal, restrito e auditável.

14.3. Quando aplicável, o estabelecimento apresentará BPA e demais registros necessários ao SIA/SUS.

14.4. A Secretaria, por intermédio da UAC, definirá procedimentos, formatos, calendário, tratamento das críticas e mecanismos para impedir duplicidade.

14.5. O processamento no SIA/SUS não constitui pagamento ao dador nem substitui a medição, o ateste e a imputação municipais.

14.6. Deverão ser mantidos mecanismos destinados a impedir pagamento, remuneração, receita, abatimento ou contabilização em duplicidade.

15. MEDIÇÃO, CONFERÊNCIA E ATESTE

15.1. Até o **10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços**, o dador deverá apresentar sua produção para fins de conferência, medição e ateste, acompanhada dos documentos e registros exigidos pela Secretaria Municipal de Saúde, **ressalvada a existência de calendário operacional específico estabelecido pela Unidade de Avaliação e Controle – UAC**, hipótese em que deverão ser observados os prazos e procedimentos por ela definidos.

15.2. A fiscalização confrontará a produção com regulação, prontuário, sistemas e documentos clínicos.

15.3. Para ser aceito, o serviço deverá estar regularmente encaminhado, comprovadamente realizado, corretamente registrado, tecnicamente adequado e dentro dos limites do Termo.

15.4. O fiscal realizará a conferência e o gestor emitirá Relatório de Atesto, indicando produção apresentada, aceita, glosada e respectivo valor.

15.5. O relatório definitivamente atestado será encaminhado para registro e composição do processo administrativo específico de imputação e baixa trimestral previsto no item 17.

15.6. A amortização somente se aperfeiçoará formalmente após a correspondente imputação e baixa, observado o tratamento dos efeitos financeiros previsto no item 17.

15.7. O ateste reconhece a regular execução para fins administrativos, mas não constitui isoladamente quitação, pagamento ou extinção formal do crédito.

15.8. Para apuração da produção aceita será considerado o valor oficial aplicável ao procedimento na competência de sua execução, conforme SIGTAP/SUS e/ou Tabela SUS Paulista.

16. GLOSAS E CORREÇÕES

16.1. Serão glosados serviços não realizados, duplicados, sem encaminhamento válido, fora da habilitação, sem documentação, inconclusivos por falha técnica ou cuja execução não possa ser comprovada.

16.2. A glosa será motivada, assegurada manifestação do interessado quando cabível.

16.3. Erro formal ou cadastral sanável poderá ser corrigido, permanecendo suspensa a amortização até a aceitação definitiva.

16.4. Fraude ou falsidade será comunicada à PGM, aos órgãos de controle e às autoridades competentes.

17. ATUALIZAÇÃO, AMORTIZAÇÃO, IMPUTAÇÃO E BAIXA DOS CRÉDITOS

17.1. O saldo dos créditos abrangidos permanecerá sujeito à atualização monetária, juros, multas e demais encargos legalmente incidentes, observadas as regras deste item.

17.2. A produção será apresentada, conferida, medida e atestada na forma do item 15, mantendo-se individualizados, por competência, os procedimentos definitivamente aceitos e seus respectivos valores.

17.3. A **imputação e a correspondente baixa dos créditos ocorrerão trimestralmente**, mediante **processo administrativo específico**, instruído, no mínimo, com:

a) identificação do dador e do Termo de Dação;

b) relação das inscrições e Certidões de Dívida Ativa abrangidas;

c) Relatórios de Produção das competências compreendidas;

d) atos de conferência, medição e ateste definitivo;

e) valores reconhecidos em cada competência;

f) demonstrativo atualizado dos créditos;

g) memória de cálculo da imputação;

h) indicação das inscrições alcançadas;

i) saldo remanescente após a operação.

17.4. Embora a formalização administrativa da imputação e da baixa ocorra trimestralmente, seus **efeitos financeiros retroagirão à respectiva competência de realização e ateste definitivo dos procedimentos**, exclusivamente para fins de apuração da atualização do débito e dos encargos moratórios incidentes.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de
Saúde

17.5. O valor correspondente aos serviços definitivamente aceitos em cada competência será considerado, para fins de cálculo, como amortização do débito naquela competência, deixando de incidir, a partir de então, atualização monetária, juros de mora e demais encargos moratórios sobre a parcela correspondente, ainda que a baixa administrativa seja processada posteriormente.

17.6. A retroação prevista nos itens anteriores possui natureza exclusivamente financeira e contábil para cálculo do saldo e de seus encargos, **não importando baixa antecipada, quitação ou extinção formal do crédito antes da conclusão do respectivo processo administrativo trimestral**.

17.7. Havendo pluralidade de inscrições ou Certidões de Dívida Ativa abrangidas pelo mesmo Termo, a imputação observará **critérios objetivos, uniformes, previamente fixados e aplicáveis indistintamente aos dadores em situação equivalente**, vedada escolha casuística da inscrição a ser amortizada.

17.8. Os critérios de imputação serão definidos antes do início das baixas e deverão disciplinar, no mínimo:

a) ordem de imputação entre créditos de diferentes naturezas, quando houver;

b) ordem de imputação entre inscrições ou Certidões de Dívida Ativa;

c) tratamento dos créditos submetidos à cobrança judicial;

d) tratamento das garantias eventualmente existentes;

e) apropriação entre principal, atualização e demais encargos, conforme a legislação aplicável;

f) procedimento aplicável quando o valor disponível for inferior ao saldo da inscrição alcançada.

17.9. Os critérios deverão constar do Edital, do Termo de Dação ou de ato geral expressamente indicado nesses instrumentos, assegurando isonomia, impessoalidade, previsibilidade, transparência e auditabilidade.

17.10. Concluído o processo administrativo trimestral, a unidade responsável pela Dívida Ativa promoverá as baixas e emitirá demonstrativo contendo saldo anterior, valores amortizados por competência, efeitos financeiros retroativos, atualização e encargos, inscrições atingidas e saldo remanescente.

17.11. Custas, taxas judiciárias, emolumentos, honorários advocatícios e demais valores não abrangidos pela dação serão satisfeitos separadamente, quando devidos.

17.12. A dação mediante prestação de serviços não importará desconto, redução, remissão ou abatimento sobre o principal do crédito, sendo sua extinção decorrente da imputação do valor dos serviços definitivamente aceitos.

17.13. A amortização não poderá ultrapassar o saldo passível de extinção.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de
Saúde

17.14. Não haverá restituição, pagamento ou constituição de crédito em favor do dador em decorrência de serviços executados em valor superior ao saldo passível de amortização.

17.15. Se, excepcionalmente, o valor dos serviços definitivamente aceitos superar o saldo, somente será imputado o montante necessário à integral extinção dos créditos abrangidos.

17.16. O dador declarará expressamente sua renúncia irrevogável e irretratável a qualquer pretensão de pagamento, ressarcimento, indenização, restituição, repetição de indébito, compensação ou crédito futuro relativamente ao eventual excedente.

17.17. A regra anterior não autoriza o Município a encaminhar deliberadamente usuários em valor superior ao saldo passível de amortização.

17.18. A Secretaria Municipal de Saúde, a UAC e a unidade responsável pela Dívida Ativa manterão fluxo permanente de informações sobre a produção acumulada e o saldo estimado, inclusive entre os ciclos trimestrais de baixa.

17.19. A quitação integral somente será reconhecida após a conclusão do processo administrativo pertinente, efetivação das imputações e baixas e confirmação, pela unidade responsável pela Dívida Ativa, da inexistência de saldo remanescente.

18. FISCALIZAÇÃO E GOVERNANÇA

18.1. Serão formalmente designados gestor, fiscal técnico-assistencial, fiscal administrativo ou de produção e respectivos substitutos.

18.2. O fiscal técnico verificará qualidade, protocolos, estrutura, equipe, laudos e segurança.

18.3. O fiscal administrativo conferirá agendas, produção, documentos, valores e glosas.

18.4. O gestor consolidará os relatórios e promoverá a articulação entre Saúde, Regulação, UAC, PGM e Dívida Ativa.

18.5. Poderão ser realizadas inspeções, auditorias, pesquisas de satisfação e validações amostrais.

19. INDICADORES DE DESEMPENHO

19.1. Serão monitorados, no mínimo:

a) execução da oferta regulada;

b) absenteísmo;

c) tempestividade dos laudos;

d) repetição por falha técnica;

e) consistência dos registros;

f) tempo de espera presencial;

g) satisfação dos usuários;

h) reclamações de cobrança.

19.2. Os parâmetros serão definidos pela área técnica e poderão variar por procedimento.

19.3. Resultados insatisfatórios ensejarão análise das causas e adoção das providências cabíveis.

20. PROTEÇÃO DE DADOS E SIGILO

20.1. O tratamento de dados observará a LGPD, o sigilo profissional e a legislação sanitária.

20.2. Os acessos serão limitados à necessidade funcional e registrados em trilha de auditoria.

20.3. É vedada a utilização dos dados para publicidade, prospecção ou finalidade estranha à assistência.

20.4. Incidentes envolvendo dados pessoais serão comunicados à Secretaria Municipal de Saúde no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas contado da ciência do fato**, com as informações disponíveis e medidas de contenção adotadas, sem prejuízo de complementação posterior.

20.5. O Anexo de Proteção de Dados disciplinará as responsabilidades das partes conforme as operações de tratamento realizadas.

21. OBRIGAÇÕES DO DADOR

21.1. Caberá ao dador:

a) manter as condições de habilitação;

b) manter a regularidade das obrigações fiscais correntes;

c) executar diretamente os serviços;

d) disponibilizar preposto;

e) permitir fiscalização e auditoria;

f) responder por seus profissionais;

g) suportar os custos da execução;

h) cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, sanitárias e profissionais;

i) observar os limites financeiros da dação;

j) comunicar circunstâncias capazes de comprometer a execução;

k) cumprir as obrigações relativas à confissão, renúncia e desistência.

21.2. A subcontratação será vedada, salvo previsão expressa e autorização prévia, sem afastamento da responsabilidade integral do dador.

22. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

22.1. Caberá ao Município:

a) regular e encaminhar os usuários;

b) disponibilizar protocolos e informações necessários;

c) fiscalizar e supervisionar a execução;

d) conferir a produção e decidir as glosas;

e) atestar os serviços aceitos;

f) promover, trimestralmente, a imputação e a baixa dos valores definitivamente reconhecidos, observada a retroação de seus efeitos financeiros na forma do item 17;

g) controlar a evolução do saldo;

h) prevenir execução acima do saldo;

i) realizar auditorias e inspeções;

j) adotar as demais providências administrativas e judiciais pertinentes.

23. DESCUMPRIMENTO, DESCREDENCIAMENTO E RESCISÃO

23.1. O descumprimento poderá ensejar determinação de correção, advertência, glosa, suspensão de encaminhamentos, sanções legalmente cabíveis, descredenciamento, rescisão, cobrança do saldo remanescente, ressarcimento de prejuízos e comunicação aos órgãos competentes.

23.2. O descumprimento injustificado imputável ao dador produzirá as consequências estabelecidas na legislação e no Termo de Dação.

23.3. Rescindido o Termo, será restabelecida ou prosseguirá a cobrança do saldo remanescente, atualizado e acrescido dos encargos legais.

23.4. Permanecerão preservados, nos limites legais, os efeitos da confissão, das renúncias e desistências e das garantias constituídas.

23.5. Os serviços definitivamente atestados e já objeto de imputação permanecerão amortizados.

23.6. Os serviços executados anteriormente à rescisão e ainda pendentes serão submetidos à conferência, medição e ateste e, se definitivamente aceitos, integrarão o processo de imputação pertinente.

23.7. Será assegurado contraditório e ampla defesa, ressalvadas medidas cautelares indispensáveis.

23.8. Poderá ser suspenso cautelarmente o encaminhamento de usuários diante de risco assistencial, perda de licença essencial, indícios de fraude, cobrança indevida ou grave violação de dados.

23.9. Penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal somente serão aplicadas quando houver enquadramento jurídico compatível.

24. VIGÊNCIA E EXTINÇÃO

24.1. O Termo de Dação vigorará por **12 (doze) meses contados da Ordem de Início ou até a integral extinção dos débitos abrangidos, o que ocorrer primeiro**.

24.2. A Ordem de Início somente será expedida após o cumprimento das condições previstas no Edital e no Termo de Dação.

24.3. O encerramento pelo decurso do prazo não implicará quitação automática.

24.4. Existindo saldo remanescente, prosseguirá ou será retomada sua cobrança administrativa e/ou judicial.

24.5. A extinção pela quitação somente será reconhecida após a conclusão do processo administrativo pertinente, efetivação das imputações e baixas e confirmação da inexistência de saldo pela unidade responsável pela Dívida Ativa.

25. MATRIZ DE RISCOS

25.1. A Matriz de Riscos contemplará, especialmente:

a) inclusão de crédito não elegível;

b) ausência de classificação de difícil recuperabilidade;

c) não atendimento ao piso mínimo de R$ 350.000,00;

d) perda da regularidade fiscal corrente;

e) utilização de código, valor ou enquadramento em desacordo com SIGTAP/SUS ou SUS Paulista;

f) alteração de tabela oficial durante a execução;

g) ausência de capacidade técnica;

h) cobrança indevida do usuário;

i) registro de serviço não realizado;

j) duplicidade de registro, remuneração ou contabilização;

k) amortização sem ateste definitivo;

l) divergência entre produção atestada, tabela oficial e valor imputado;

m) erro na retroação dos efeitos financeiros da baixa;

n) imputação em CDA diversa daquela determinada pelos critérios uniformes;

o) execução superior ao saldo;

p) pretensão de ressarcimento pelo excedente;

q) falha de equipamentos;

r) perda de licença;

s) falha de integração entre Saúde, UAC e Dívida Ativa;

t) incidente de proteção de dados;

u) descumprimento do Termo;

v) encerramento com saldo remanescente.

25.2. Os riscos deverão possuir responsáveis, controles preventivos e medidas de resposta documentados.

26. FLUXO OPERACIONAL

26.1. A execução observará o seguinte fluxo:

1. a Secretaria consolida a necessidade assistencial, os quantitativos e o Plano de Trabalho;
2. a unidade responsável pela Dívida Ativa verifica a inscrição dos créditos, a classificação de difícil recuperabilidade e o piso mínimo consolidado;
3. a Comissão de Transação Fiscal realiza a análise de sua competência;
4. a Secretaria promove o credenciamento e a habilitação técnica;
5. são verificadas a regularidade fiscal corrente e as demais condições individuais;
6. formalizam-se a confissão, renúncias e desistências cabíveis;
7. celebra-se o Termo de Dação;
8. expede-se a Ordem de Início;
9. a Central de Regulação encaminha os usuários;
10. o dador executa e registra os serviços;
11. a produção é apresentada à UAC e às unidades competentes, observado o item 15.1;
12. a produção é conferida, medida e definitivamente atestada, permanecendo individualizada por competência;
13. os documentos são encaminhados para composição do processo administrativo específico de imputação e baixa;
14. trimestralmente, é processada a imputação e a correspondente baixa, observados os critérios uniformes previamente estabelecidos;

15. a Dívida Ativa atribui às baixas os efeitos financeiros retroativos à respectiva competência de realização e ateste dos procedimentos, para fins de atualização do débito e encargos moratórios;
16. Saúde, UAC e Dívida Ativa conciliam a produção acumulada, as baixas efetuadas e o saldo remanescente;
17. o ciclo prossegue até a integral extinção dos créditos ou o término do prazo.

27. DOCUMENTOS INTEGRANTES

27.1. Integram este Termo de Referência:

I – Anexo I-A – Rol de Serviços, Quantitativos e Valores;

II – Anexo I-B – Diagnóstico da Demanda e Filas;

III – Anexo I-C – Especificações Técnicas por Procedimento;

IV – Anexo I-D – Plano de Trabalho e Fluxo Assistencial;

V – Anexo I-E – Ficha de Vistoria;

VI – Anexo I-F – Modelo de Agenda;

VII – Anexo I-G – Relatório de Produção e Ateste;

VIII – Anexo I-H – Regras de BPA/SIA-SUS, quando aplicáveis;

IX – Anexo I-I – Proteção de Dados.

27.2. Ficam afastadas referências a pesquisa de mercado, cotações particulares, painéis de preços ou contratos administrativos como critérios de formação dos valores.

27.3. Não deverão ser reinseridas disposições relativas a piso anual de produção, meta automática correspondente a 1/12 da oferta, acréscimo unilateral de 25%, multas automáticas desvinculadas de processo administrativo ou prorrogação automática do Termo.

27.4. A renúncia ao eventual excedente constitui salvaguarda excepcional e não afasta o dever da Administração de controlar o saldo e prevenir execução acima do montante passível de amortização.

28. APROVAÇÃO

Declaro que o presente Termo de Referência contempla a necessidade assistencial, a abrangência, os quantitativos, as condições de viabilidade técnica, os referenciais oficiais de valoração, os mecanismos de controle, medição, ateste, imputação e baixa e o Plano de Trabalho necessários à implementação do credenciamento para dação em pagamento mediante prestação de serviços de saúde.

Osasco, 14 de outubro de 2026.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de
Saúde

João Ricardo Morina
Chefe de Gabinete da SS

Fernando Machado Oliveira
Secretário Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete da Procuradora- Geral

ANEXO II

TERMO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO Nº 001/2026

DAÇÃO EM PAGAMENTO MEDIANTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Processo Administrativo nº: 2247/2026

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE OSASCO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 46.523.171/0001-04, neste ato representado na forma da legislação municipal pelo seu Prefeito, GERSON PESSOA, brasileiro, casado, RG. n° xxxxxx, CPF/MF n° xxxxxxxxx, e pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** na pessoa do secretário FERNANDO MACHADO OLIVEIRA, brasileiro, xxxxxx, RG n° xxxxx. Inscrito no CPF/MF n° xxxxxxxx, com a interveniência da **PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, **[NOME/RAZÃO SOCIAL]**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº [●], com endereço em [●], neste ato representado(a) por [●], doravante denominado(a) **DADOR(A)/DEVEDOR(A)**, considerando o Edital de Credenciamento nº [●]/2026, o Termo de Referência e a instrução constante do Processo Administrativo nº [●], celebram o presente **TERMO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO MEDIANTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 453/2025, especialmente seus arts. 11, 12 e 17 a 25, e no Decreto Municipal nº 15.081/2026, especialmente seus arts. 3º e 18 a 20, mediante as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto a dação em pagamento mediante prestação, pelo(a) DADOR(A), de serviços de saúde aos usuários do SUS municipal regularmente encaminhados pela Central de Regulação do Município de Osasco, com imputação dos valores correspondentes à amortização dos créditos inscritos em Dívida Ativa expressamente abrangidos por este instrumento.

1.2. Os serviços serão executados exclusivamente dentre os procedimentos para os quais o(a) DADOR(A) tenha sido habilitado(a), constantes da Matriz de Oferta – Anexo B, observados o Edital de Credenciamento, o Termo de Referência, os protocolos municipais e as normas técnicas, sanitárias e profissionais aplicáveis.

1.3. A prestação dos serviços terá caráter complementar à rede municipal e será realizada exclusivamente de acordo com a demanda regulada, não havendo garantia de quantitativo mínimo de encaminhamentos ou de amortização mínima durante a vigência.

1.4. A execução fica limitada ao saldo dos débitos abrangidos pelo presente Termo, vedada a realização de serviços para fins de dação acima do limite necessário à

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete da Procuradora- Geral

respectiva amortização, ressalvadas diferenças operacionais inevitáveis devidamente apuradas na forma deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DÉBITOS ABRANGIDOS E DA ELEGIBILIDADE

2.1. Integram a presente dação exclusivamente os créditos discriminados no **Anexo A – Demonstrativo dos Débitos Abrangidos**, que identificará, no mínimo:

a) inscrição em Dívida Ativa e/ou CDA;

b) natureza e exercício do crédito;

c) valor principal;

d) atualização, juros, multa e demais encargos;

e) valor consolidado na data-base;

f) eventual execução fiscal;

g) garantias existentes;

h) situação administrativa e judicial pertinente.

2.2. As partes reconhecem que os créditos abrangidos foram submetidos à verificação dos requisitos previstos na Lei Complementar Municipal nº 453/2025 e no Decreto Municipal nº 15.081/2026, inclusive quanto à sua classificação como **de difícil recuperabilidade** e ao atendimento do **valor consolidado mínimo de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) por devedor**.

2.3. O valor consolidado dos créditos abrangidos, na data-base de //____, corresponde a **R$ [●] ([valor por extenso])**, sem prejuízo de sua atualização na forma da legislação municipal e deste Termo.

2.4. Não integram automaticamente este Termo débitos supervenientes, créditos não relacionados no Anexo A, obrigações fiscais correntes ou quaisquer outros débitos do(a) DADOR(A), que permanecerão sujeitos ao respectivo regime jurídico.

2.5. O(A) DADOR(A) obriga-se a manter a regularidade das obrigações fiscais correntes durante toda a vigência deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONFISSÃO, RECONHECIMENTO E RENÚNCIAS

3.1. A assinatura deste Termo importa reconhecimento e **confissão irrevogável e irretratável** dos créditos discriminados no Anexo A, quanto à sua existência e exigibilidade, nos limites e condições previstos na legislação municipal.

3.2. O(A) DADOR(A) declara ciência de que a dação não constitui remissão, anistia ou desconto do principal dos créditos abrangidos, operando-se sua extinção somente na proporção dos valores regularmente imputados.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete da Procuradora- Geral

3.3. O(A) DADOR(A) obriga-se a formalizar as renúncias, desistências e demais providências administrativas ou judiciais exigidas pela legislação municipal para celebração e execução da dação.

3.4. Havendo ações, embargos, exceções, recursos ou procedimentos administrativos relacionados aos créditos abrangidos, o(a) DADOR(A) apresentará os documentos necessários às providências previstas na legislação e determinadas pela autoridade competente.

3.5. A confissão subsistirá em caso de extinção antecipada, rescisão, descredenciamento ou término da vigência deste Termo quanto ao saldo remanescente dos créditos abrangidos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS SERVIÇOS E DOS VALORES OFICIAIS

4.1. Os serviços autorizados constam do Anexo B – Matriz de Oferta, com identificação do código, descrição do procedimento, capacidade mensal aceita e respectiva fonte oficial de valoração.

4.2. Para fins de dação, serão utilizados **exclusivamente os valores oficiais constantes do SIGTAP/SUS e/ou SUS Paulista**, conforme aplicável ao procedimento e à competência de sua efetiva realização.

4.3. A identificação do valor observará:

a) o código oficial do procedimento;

b) sua descrição correspondente;

c) a tabela oficial aplicável;

d) a competência ou data de referência;

e) o valor unitário oficial vigente;

f) os componentes compreendidos no procedimento, quando aplicável.

4.4. Não haverá negociação individual de valores entre o MUNICÍPIO e o(a) DADOR(A).

4.5. Alterações posteriores das tabelas oficiais produzirão efeitos sobre os procedimentos realizados nas competências subsequentes à respectiva alteração, sem revisão retroativa dos serviços já realizados.

4.6. A aplicação do valor oficial vigente na competência não caracteriza reajuste, repactuação ou revisão do presente Termo.

4.7. É vedada a utilização de código diverso do procedimento efetivamente realizado com a finalidade de majorar o valor reconhecido para a dação.

CLÁUSULA QUINTA – DA MEDIÇÃO, ATESTE, IMPUTAÇÃO E BAIXA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete da Procuradora- Geral

5.1. O(A) DADOR(A) apresentará a produção referente a cada competência até o **10º (décimo) dia útil do mês subsequente**, ressalvado calendário operacional específico da UAC.

5.2. A produção será submetida à conferência da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive quanto à Regulação, agendamento, prontuário, documentação assistencial, produção SUS quando aplicável, qualidade, código, quantidade e valor oficial.

5.3. O gestor e os fiscais competentes elaborarão **Relatório Mensal de Produção e Ateste**, contendo os procedimentos apresentados, aceitos, glosados e respectivos valores.

5.4. O ateste mensal possui natureza administrativa e instrutória e, isoladamente, **não constitui quitação, compensação, novação, extinção do crédito ou baixa da Dívida Ativa**.

5.5. Os relatórios mensais definitivamente consolidados serão reunidos **trimestralmente em processo administrativo específico para imputação e baixa**, acompanhado dos documentos necessários à demonstração da regular execução e dos valores reconhecidos.

5.6. Compete à unidade municipal responsável pela Dívida Ativa efetuar a imputação dos valores aos créditos abrangidos e promover os correspondentes registros, observados os critérios estabelecidos neste Termo.

Parágrafo único. A baixa e amortização trimestral dos créditos na Dívida Ativa correspondente aos serviços prestados e atestados fica condicionada à comprovação da quitação ou da regular celebração de acordo de parcelamento dos honorários advocatícios proporcionais perante a Comissão de Honorários da PGM, vedada a concessão de descontos.

5.7. A cada processamento trimestral será elaborado demonstrativo contendo, no mínimo:

a) competências abrangidas;

b) inscrições e/ou CDAs alcançadas;

c) saldo anterior;

d) atualização e encargos incidentes;

e) valores definitivamente atestados por competência;

f) valores imputados;

g) data do processamento e da baixa;

h) efeitos financeiros considerados;

i) saldo remanescente.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete da Procuradora- Geral

5.8. Embora a formalização administrativa da imputação e da baixa ocorra trimestralmente, seus **efeitos financeiros retroagirão, relativamente a cada parcela, à competência em que o respectivo procedimento tenha sido efetivamente realizado, desde que posteriormente definitivamente atestado**.

5.9. Em razão do disposto no item anterior, cessará, relativamente ao valor correspondente aos serviços posteriormente reconhecidos e imputados, a incidência de atualização e encargos moratórios a partir da respectiva competência.

5.10. A retroação prevista nesta cláusula possui natureza exclusivamente financeira e contábil, não importando baixa antecipada, quitação ou extinção formal do crédito antes da conclusão do respectivo processo administrativo trimestral.

5.11. A prestação material do serviço, o processamento no SIA/SUS, quando aplicável, ou o ateste mensal, considerados isoladamente, não extinguem o crédito.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO

6.1. Havendo pluralidade de inscrições ou CDAs abrangidas pelo presente Termo, a imputação será realizada segundo critérios **objetivos, uniformes, impessoais e previamente definidos**, vedada a escolha casuística pelo(a) DADOR(A) ou pela Administração.

6.2. Para fins de operacionalização, o Anexo A identificará a ordem e os critérios aplicáveis à imputação, considerando, conforme pertinente:

a) natureza do crédito;

b) ordem cronológica ou outro critério legalmente estabelecido;

c) existência de execução fiscal;

d) existência e natureza de garantias;

e) apropriação entre principal, atualização e encargos;

f) possibilidade de amortização parcial da inscrição ou CDA.

6.3. Os mesmos critérios serão aplicados uniformemente durante toda a vigência, ressalvada alteração normativa superveniente ou necessidade de adequação juridicamente fundamentada e formalizada.

6.4. O(A) DADOR(A) não poderá indicar, a cada trimestre, qual inscrição ou CDA deverá receber a imputação, salvo quando a própria legislação municipal expressamente lhe atribuir essa faculdade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS EFEITOS SOBRE A COBRANÇA E AS GARANTIAS

7.1. A assinatura deste Termo, por si só, não suspende a exigibilidade do crédito nem impede atos de cobrança ou constrição, salvo decisão expressa e juridicamente fundamentada da autoridade competente ou determinação judicial.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete da Procuradora- Geral

7.2. Quando autorizada a suspensão de atos de cobrança, ela ficará condicionada ao regular cumprimento deste Termo e não importará liberação automática de penhoras, garantias, depósitos ou outras medidas já constituídas.

7.3. Caberá à Procuradoria responsável adotar perante o juízo competente as providências processuais cabíveis, quando necessárias, sem que o presente Termo represente garantia de deferimento judicial.

7.4. As garantias existentes serão mantidas até a extinção integral dos créditos garantidos, salvo substituição ou liberação expressamente autorizada.

7.5. O inadimplemento ou a extinção do Termo sem integral amortização autorizará o prosseguimento da cobrança do saldo remanescente, com os acréscimos legalmente cabíveis, preservada a confissão prevista neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DA ORDEM DE INÍCIO

8.1. O presente Termo terá vigência de **12 (doze) meses contados da Ordem de Início ou até a integral extinção dos débitos abrangidos, o que ocorrer primeiro**.

8.2. A existência de saldo devedor ao término da vigência não gera direito à prorrogação, à continuidade dos encaminhamentos ou à celebração automática de novo instrumento, que será deliberado pelas partes.

8.3. A Ordem de Início somente será expedida após:

a) assinatura e publicação do extrato deste Termo;

b) cumprimento das providências legais relativas aos valores não abrangidos pela dação, quando aplicável;

c) comprovação da manutenção das condições de habilitação;

d) conclusão dos cadastros, integrações e acessos necessários;

e) designação do gestor e dos fiscais;

f) adoção das providências administrativas e judiciais necessárias à formalização da dação.

8.4. O término da vigência não prejudicará a conferência, o saneamento, o ateste e a posterior imputação dos serviços regularmente executados durante sua vigência.

CLÁUSULA NONA – DA REGULAÇÃO E DA EXECUÇÃO

9.1. Somente serão considerados para fins deste Termo os usuários encaminhados e agendados pela Central de Regulação municipal, ressalvadas hipóteses excepcionais previamente autorizadas e documentadas.

9.2. O(A) DADOR(A) disponibilizará sua agenda nos prazos e formatos previstos no Termo de Referência.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete da Procuradora- Geral

9.3. Não haverá garantia de encaminhamento mínimo.

9.4. A insuficiência de produção decorrente de ausência de demanda regulada, absenteísmo dos usuários ou fato imputável ao MUNICÍPIO não constituirá inadimplemento do(a) DADOR(A).

9.5. Os serviços serão prestados nas instalações previamente habilitadas e vistoriadas, sendo vedada alteração do local sem autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

9.6. É expressamente vedada qualquer cobrança ao usuário, inclusive taxa, diferença, complementação, material, insumo ou serviço compreendido no procedimento autorizado.

9.7. O(A) DADOR(A) observará integralmente os protocolos assistenciais, normas sanitárias, profissionais, de biossegurança, acessibilidade e segurança do paciente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO(A) DADOR(A)

10.1. Constituem obrigações do(a) DADOR(A), além das demais previstas neste Termo:

a) manter as condições de habilitação;

b) manter a regularidade fiscal corrente exigida;

c) executar os serviços nos limites da habilitação e da Matriz de Oferta;

d) disponibilizar profissionais, instalações, equipamentos, materiais, medicamentos e insumos necessários;

e) cumprir as agendas disponibilizadas;

f) registrar corretamente os atendimentos;

g) apresentar a produção nos prazos estabelecidos;

h) corrigir inconsistências passíveis de saneamento;

i) permitir fiscalização, inspeção e auditoria;

j) manter preposto durante toda a vigência;

k) não cobrar qualquer valor dos usuários;

l) observar o sigilo profissional e a legislação de proteção de dados;

m) comunicar imediatamente intercorrências relevantes;

n) comunicar qualquer alteração de licença, CNES, responsável técnico ou condição capaz de afetar a habilitação;

o) acompanhar, juntamente com o MUNICÍPIO, o saldo do débito e os limites da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete da Procuradora- Geral

11.1. Compete ao MUNICÍPIO, por meio dos órgãos responsáveis:

a) regular e encaminhar os usuários;

b) disponibilizar os protocolos necessários;

c) conceder os acessos indispensáveis aos sistemas municipais;

d) acompanhar e fiscalizar a execução;

e) conferir a produção;

f) processar BPA/SIA-SUS, quando aplicável;

g) promover as devoluções de inconsistências;

h) realizar o ateste dos serviços regularmente executados;

i) apurar os valores oficiais aplicáveis;

j) formar, a cada trimestre, o processo administrativo específico destinado à imputação e baixa;

k) promover a imputação dos valores aos débitos abrangidos;

l) atualizar e informar o saldo remanescente;

m) ajustar ou interromper os encaminhamentos quando o saldo se aproximar da integral amortização;

n) realizar pesquisas de satisfação, inspeções e auditorias;

o) adotar as medidas de transparência exigidas, preservados os dados pessoais e o sigilo assistencial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS REGISTROS, PRODUÇÃO SUS E RASTREABILIDADE

12.1. Os atendimentos serão registrados no Prontuário Eletrônico municipal ou em sistema expressamente indicado pela Secretaria.

12.2. Quando aplicável ao procedimento, o(a) DADOR(A) efetuará os registros necessários à produção BPA/SIA-SUS, segundo as regras vigentes.

12.3. A mera apresentação ou processamento da produção no SIA/SUS não gera, isoladamente, direito à amortização.

12.4. A cadeia de rastreabilidade observará, no mínimo:

REGULAÇÃO → AGENDAMENTO → EXECUÇÃO → PRONTUÁRIO → BPA/SIA-SUS, QUANDO APLICÁVEL → CONFERÊNCIA → ATESTE MENSAL → VALOR OFICIAL DA COMPETÊNCIA → PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIMESTRAL → IMPUTAÇÃO E BAIXA.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete da Procuradora- Geral

12.5. O mesmo atendimento somente poderá gerar uma única apropriação para fins de amortização do débito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS GLOSAS

13.1. Serão glosados os procedimentos:

a) não realizados ou realizados parcialmente sem utilidade clínica;

b) executados sem encaminhamento ou agendamento válido;

c) registrados em duplicidade;

d) incompatíveis com a solicitação ou habilitação do estabelecimento;

e) sem laudo, evolução ou documentação obrigatória;

f) inconclusivos por falha técnica imputável ao(à) DADOR(A);

g) realizados fora das condições pactuadas sem autorização;

h) cuja execução não possa ser comprovada;

i) registrados mediante código incompatível com o serviço efetivamente realizado.

13.2. As inconsistências sanáveis poderão ser corrigidas na forma e nos prazos previstos no Termo de Referência.

13.3. A glosa definitiva será motivada e comunicada ao(à) DADOR(A), assegurada manifestação nos casos cabíveis.

13.4. O procedimento definitivamente glosado não integrará o valor destinado à amortização.

13.5. Quando decorrente de falha imputável ao(à) DADOR(A), o procedimento será repetido sem ônus ao usuário ou ao MUNICÍPIO, quando clinicamente indicado e possível.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

14.1. A Secretaria Municipal de Saúde designará gestor e fiscais responsáveis pelo acompanhamento, supervisão, fiscalização e ateste.

14.2. A fiscalização poderá realizar inspeções, auditorias de registros, conferência de prontuários, verificação de equipamentos e instalações, entrevistas e pesquisas de satisfação.

14.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade técnica, civil, sanitária, trabalhista ou profissional do(a) DADOR(A).

14.4. O(A) DADOR(A) indicará preposto com poderes para receber comunicações e adotar providências durante toda a vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS E DO SIGILO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete da Procuradora- Geral

15.1. As partes observarão a Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD, a legislação sanitária, o sigilo profissional e as políticas municipais de segurança da informação.

15.2. As funções de controlador, controlador conjunto ou operador serão determinadas de acordo com cada operação concreta de tratamento de dados.

15.3. Quando o(a) DADOR(A) tratar dados exclusivamente segundo instruções documentadas do MUNICÍPIO, atuará como operador quanto à respectiva operação.

15.4. É vedada a utilização dos dados dos usuários para publicidade, marketing, prospecção, captação de clientela, formação de banco comercial ou qualquer finalidade estranha à assistência e às obrigações legais.

15.5. Qualquer incidente de segurança confirmado ou razoavelmente suspeito deverá ser comunicado ao MUNICÍPIO **em até 24 (vinte e quatro) horas da ciência**, contendo as informações disponíveis e as providências adotadas.

15.6. O dever de confidencialidade permanecerá após o encerramento deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES E DO DESCREDENCIAMENTO

16.1. O descumprimento das obrigações poderá ensejar, conforme a natureza, gravidade, reincidência e consequências:

a) determinação de correção;

b) advertência;

c) glosa;

d) suspensão cautelar ou temporária de encaminhamentos;

e) aplicação das sanções administrativas legalmente cabíveis;

f) descredenciamento;

g) extinção do presente Termo;

h) ressarcimento de prejuízos;

i) comunicação aos órgãos competentes.

16.2. As sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 13.715/2023 serão aplicadas quando houver enquadramento legal e compatibilidade com a natureza deste instrumento.

16.3. Será assegurado contraditório e ampla defesa, ressalvadas providências cautelares indispensáveis à proteção dos usuários, do interesse público ou dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO

17.1. O presente Termo extinguir-se-á:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete da Procuradora- Geral

a) pela integral extinção dos créditos abrangidos;

b) pelo término de sua vigência;

c) por acordo entre as partes, quando juridicamente admissível;

d) pela perda das condições de habilitação;

e) pelo descumprimento de obrigação, observado o devido processo;

f) pelo descredenciamento;

g) por interesse público superveniente devidamente motivado;

h) pelas demais hipóteses legalmente previstas.

17.2. A extinção não prejudicará o reconhecimento dos serviços regularmente executados durante a vigência e posteriormente definitivamente atestados.

17.3. O saldo remanescente dos créditos continuará exigível e sujeito aos encargos e às medidas de cobrança cabíveis.

17.4. A extinção deste Termo não prejudicará a validade da confissão e das demais obrigações que, por sua natureza, devam subsistir.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA INEXISTÊNCIA DE TROCO, RESTITUIÇÃO OU CRÉDITO

18.1. A execução deverá ser permanentemente compatibilizada com o saldo dos créditos abrangidos, de modo a evitar prestação superior ao valor necessário à sua amortização.

18.2. Não haverá pagamento em dinheiro, restituição, crédito futuro ou qualquer espécie de “troco” relativamente a serviços executados sem autorização em valor superior ao saldo passível de amortização.

18.3. Na hipótese excepcional de o último conjunto de serviços regularmente autorizado e executado resultar em valor superior ao saldo existente, somente será reconhecido, para fins de dação, o montante necessário à integral extinção do débito.

18.4. O(A) DADOR(A) declara ciência e **renuncia expressamente a qualquer pretensão de restituição, indenização, compensação ou constituição de crédito perante o MUNICÍPIO relativamente ao eventual excedente referido nesta cláusula**, sem prejuízo do dever da Administração de adotar controles destinados a impedir sua ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA QUITAÇÃO

19.1. A quitação somente será reconhecida após:

a) conclusão da execução dos serviços abrangidos;

b) consolidação dos atestes correspondentes;

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete da Procuradora- Geral

c) conclusão do processo administrativo de imputação;

d) efetivo registro das baixas;

e) confirmação da inexistência de saldo remanescente dos créditos abrangidos.

19.2. A Secretaria Municipal de Saúde não emitirá quitação tributária, limitando-se a certificar a execução e o ateste dos serviços de sua competência.

19.3. A declaração final de extinção dos créditos será emitida pelo órgão municipal competente após a conferência dos registros de Dívida Ativa.

19.4. A quitação dos créditos abrangidos não alcançará débitos não incluídos neste Termo, débitos supervenientes ou valores legalmente excluídos da dação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

20.1. Será publicado o extrato deste Termo na Imprensa Oficial do Município, nos termos do art. 10 do Decreto n° 15.081/2026.

20.2. Os dados relativos à execução poderão ser divulgados para fins de transparência e controle, preferencialmente de forma agregada, preservados o sigilo fiscal, os dados pessoais e, especialmente, os dados pessoais sensíveis relativos à saúde dos usuários.

20.3. A publicidade observará as exigências da legislação aplicável, inclusive da Lei Federal nº 14.133/2021 quando incidente subsidiariamente e compatível com a natureza do instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Integram este Termo, independentemente de transcrição, o Termo de Referência e o Plano de Trabalho do Dador, além dos abaixo identificados:

I – **Anexo A – Demonstrativo dos Débitos Abrangidos**;

II – **Anexo B – Matriz de Oferta Individual**;

21.2. Os documentos serão interpretados sistematicamente, observadas a Lei Complementar Municipal nº 453/2025, o Decreto Municipal nº 15.081/2026 e as demais normas hierarquicamente superiores aplicáveis.

21.3. A tolerância quanto ao eventual descumprimento de obrigação não importará novação, renúncia ou alteração das condições pactuadas.

21.4. Os casos omissos serão decididos pelas autoridades competentes, ouvidas a Secretaria Municipal de Saúde, a Comissão de Transação Fiscal e a Procuradoria-Geral do Município, conforme a matéria.

21.5. Fica eleito o foro da Comarca de Osasco para dirimir controvérsias não solucionadas administrativamente, ressalvadas as competências legais aplicáveis.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete da Procuradora- Geral

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento.

Osasco, ___ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE OSASCO

Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Secretário Municipal de Saúde

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Procurador(a)-Geral do Município / representante

DADOR(A)/DEVEDOR(A)
[Nome/Razão Social e representante]

ANEXO A – DEMONSTRATIVO DOS DÉBITOS ABRANGIDOS

Inscrição/ CDA	Natureza	Exercício	Principal	Multa	Juros/Atualização	Total na data-base	Execução Fiscal	Garantias	Ordem de imputação
[●]	[●]	[●]	R$ [●]	R$ [●]	R$ [●]	R$ [●]	[●]	[●]	[●]

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete da Procuradora- Geral

Data-base: [●]

Valor consolidado: R$ [●]

Classificação de difícil recuperabilidade: [indicar ato/documento]

Atendimento ao piso de R$ 350.000,00: SIM.

Custas, emolumentos, taxas judiciárias e honorários não abrangidos: R$ [●].

ANEXO B – MATRIZ DE OFERTA E VALORES OFICIAIS

Código	Procedimento	Capacidade mensal máxima	Tabela oficial aplicável	Competência	Valor unitário oficial
[●]	[●]	[●]	SIGTAP/SUS ou SUS Paulista	[●]	R$ [●]

Observação: será aplicado, para cada procedimento, o valor oficial correspondente à competência de sua efetiva realização, conforme as regras do Edital e do Termo de Referência.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de Saúde

ANEXO III
ROL DE PROCEDIMENTOS E VALORES DE REFERÊNCIA PARA ABATIMENTO

Ref.: Credenciamento de prestadores de serviços de saúde para dação em pagamento — Processo Administrativo nº 002247/2026.

Item	Código SIGTAP	Procedimento	Unidade de abatimento	SIGTAP 09/2026 (R$)	Tabela SUS Paulista jun/2026 (R$)	VALOR DE REFERÊNCIA ADOTADO (R$)
1	0206010010	Tomografia computadorizada de coluna cervical	exame	86,76	130,14	**130,14**
2	0206010028	Tomografia computadorizada de coluna lombossacra	exame	101,10	151,65	**151,65**
3	0206010036	Tomografia computadorizada de coluna torácica	exame	86,76	130,14	**130,14**
4	0206010044	Tomografia computadorizada de face/seios da face/articulações temporomandibulares	exame	86,75	130,13	**130,13**
5	0206010052	Tomografia computadorizada do pescoço	exame	86,75	130,13	**130,13**
6	0206010060	Tomografia computadorizada de sela túrcica	exame	97,44	146,16	**146,16**
7	0206010079	Tomografia computadorizada do crânio	exame	97,44	146,16	**146,16**
8	0206020015	Tomografia computadorizada de articulações de membro superior	exame	86,75	130,13	**130,13**
9	0206020023	Tomografia computadorizada de segmentos apendiculares	exame	86,75	130,13	**130,13**
10	0206020031	Tomografia computadorizada de tórax	exame	136,41	204,62	**204,62**
11	0206030010	Tomografia computadorizada de abdome superior	exame	138,63	207,95	**207,95**
12	0206030029	Tomografia computadorizada de articulações de membro inferior	exame	86,75	130,13	**130,13**
13	0206030037	Tomografia computadorizada de pelve/bacia/abdome inferior	exame	138,63	207,95	**207,95**
14	0205010040	Ultrassonografia Doppler colorido de vasos	exame	39,60	79,20	**79,20**
15	0205010059	Ultrassonografia Doppler de fluxo obstétrico	exame	42,90	85,80	**85,80**
16	0205020151	Ultrassonografia obstétrica com Doppler colorido e pulsado	exame	39,60	79,20	**79,20**
17	0205020038	Ultrassonografia de abdome superior	exame	24,20	48,40	**48,40**
18	0205020046	Ultrassonografia de abdome total	exame	37,95	75,90	**75,90**
19	0205020054	Ultrassonografia de aparelho urinário	exame	24,20	48,40	**48,40**
20	0205020062	Ultrassonografia de articulação	exame	24,20	48,40	**48,40**
21	0205020070	Ultrassonografia de bolsa escrotal	exame	24,20	48,40	**48,40**
22	0205020097	Ultrassonografia mamária bilateral	exame	24,20	60,50	**60,50**
23	0205020100	Ultrassonografia de próstata por via abdominal	exame	24,20	55,66	**55,66**
24	0205020119	Ultrassonografia de próstata por via transretal	exame	24,20	55,66	**55,66**
25	0205020127	Ultrassonografia de tireoide	exame	24,20	48,40	**48,40**
26	0205020135	Ultrassonografia de tórax extracardíaca	exame	24,20	48,40	**48,40**
27	0205020143	Ultrassonografia obstétrica	exame	24,20	48,40	**48,40**
28	0205020160	Ultrassonografia pélvica ginecológica	exame	24,20	48,40	**48,40**
29	0205020178	Ultrassonografia transfontanela	exame	24,20	48,40	**48,40**

Av. João Batista, 480 - Centro, Osasco – SP – CEP: 06097-100
Tel.: (11) 3699-8900 | ss@osasco.sp.gov.br | osasco.sp.gov.br

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de **Saúde**

Item	Código SIGTAP	Procedimento	Unidade de abatimento	SIGTAP 09/2026 (R$)	Tabela SUS Paulista jun/2026 (R$)	VALOR DE REFERÊNCIA ADOTADO (R$)
30	0205020186	Ultrassonografia transvaginal	exame	24,20	48,40	**48,40**
31	0211050040	Eletroencefalograma em vigília e sono espontâneo, com ou sem fotoestímulo	exame	25,00	50,00	**50,00**
32	0207010021	Ressonância magnética de articulação temporomandibular	exame	268,75	403,13	**403,13**
33	0207010030	Ressonância magnética de coluna cervical/pescoço	exame	268,75	403,13	**403,13**
34	0207010048	Ressonância magnética de coluna lombossacra	exame	268,75	403,13	**403,13**
35	0207010056	Ressonância magnética de coluna torácica	exame	268,75	403,13	**403,13**
36	0207010064	Ressonância magnética de crânio	exame	268,75	403,13	**403,13**
37	0207010072	Ressonância magnética de sela túrcica	exame	268,75	403,13	**403,13**
38	0207020019	Ressonância magnética de coração/aorta com cine	exame	361,25	541,88	**541,88**
39	0207020027	Ressonância magnética de membro superior	exame	268,75	403,13	**403,13**
40	0207020035	Ressonância magnética de tórax	exame	268,75	403,13	**403,13**
41	0207030014	Ressonância magnética de abdome superior	exame	268,75	403,13	**403,13**
42	0207030022	Ressonância magnética de bacia/pelve/abdome inferior	exame	268,75	403,13	**403,13**
43	0207030030	Ressonância magnética de membro inferior	exame	268,75	403,13	**403,13**
44	0207030049	Ressonância magnética de vias biliares (colangiorressonância)	exame	268,75	403,13	**403,13**
45	0204030188	Mamografia bilateral para rastreamento	exame	45,00	90,00	**90,00**
46	0204030030	Mamografia unilateral	exame	22,50	45,00	**45,00**
47	0204060028	Densitometria óssea duoenergética de coluna e/ou fêmur	exame	55,10	82,65	**82,65**
48	0301010048	Consulta de profissional de nível superior na atenção especializada – psicologia	sessão	6,30	—	**6,30**
49	0301080178	Atendimento individual em psicoterapia	sessão	2,55	—	**2,55**
50	0301080160	Atendimento em psicoterapia de grupo, por pessoa	sessão	5,59	—	**5,59**
51	0302050027	Atendimento fisioterapêutico nas alterações motoras/respiratórias/reabilitação	sessão	4,67	—	**4,67**
52	0211020044	Monitoramento pelo sistema Holter 24 horas, 3 canais	exame	30,00	60,00	**60,00**
53	0211020060	Teste de esforço/teste ergométrico	exame	30,00	60,00	**60,00**
54	0301010072	Consulta médica em atenção especializada – oftalmologia	exame	10,00	—	**10,00**
55	0211060127	Mapeamento de retina	exame	24,24	36,36	**36,36**
56	0211060100	Fundoscopia	exame	3,37	6,74	**6,74**
57	0211060259	Tonometria	exame	3,37	6,74	**6,74**
58	0211060020	Biomicroscopia de fundo de olho	exame	12,34	24,68	**24,68**
59	0211060038	Campimetria computadorizada ou manual com gráfico	exame	40,00	60,00	**60,00**
60	0905010035	OCI Avaliação Inicial em Oftalmologia – a partir de 9 anos (consulta médica especializada, teste ortóptico, tonometria, mapeamento de retina e biomicroscopia), por usuário	usuário (APAC)	160,00	240,00	**240,00**

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de **Saúde**

Item	Código SIGTAP	Procedimento	Unidade de abatimento	SIGTAP 09/2026 (R$)	Tabela SUS Paulista jun/2026 (R$)	VALOR DE REFERÊNCIA ADOTADO (R$)
61	0302050019	Atendimento fisioterapêutico no pré e pós-operatório nas disfunções músculo-esqueléticas	sessão	6,35	—	**6,35**
62	0302060014	Atendimento fisioterapêutico em distúrbios neuro-cinético-funcionais sem complicações sistêmicas (adulto)	sessão	4,67	—	**4,67**
63	0302060030	Atendimento fisioterapêutico nas desordens do desenvolvimento neuromotor (pediátrico)	sessão	4,67	—	**4,67**
64	0309050022	Sessão de acupuntura com inserção de agulhas	sessão	4,13	—	**4,13**
65	0301070113	Terapia fonoaudiológica individual	sessão	10,90	—	**10,90**
66	0301010048	Consulta de profissional de nível superior na atenção especializada – terapia ocupacional (sessão)	sessão	6,30	—	**6,30**
67	0301010048	Consulta de profissional de nível superior na atenção especializada – nutrição (sessão)	sessão	6,30	—	**6,30**
68	0209010037	Esofagogastroduodenoscopia	exame	48,16	96,32	**96,32**
69	0209010029	Colonoscopia (coloscopia)	exame	112,66	225,32	**225,32**
70	0205010032	Ecocardiografia transtorácica	exame	67,86	135,72	**135,72**
71	0211070041 + 0211070203 + 0211070211	Avaliação audiológica (audiometria tonal limiar, imitanciometria e logoaudiometria), por usuário	usuário	70,25	—	**70,25**
72	0211080055	Espirometria ou prova de função pulmonar completa com broncodilatador	exame	6,36	12,72	**12,72**
72-A	0211080063	Prova de função pulmonar simples	exame	4,28	8,56	**8,56**
73	0211050083	Eletroneuromiograma (ENMG), por exame	exame	27,00	54,00	**54,00**
74	0209040041	Videolaringoscopia (nasofibrolaringoscopia)	exame	45,50	91,00	**91,00**
75	0211020052	Monitorização ambulatorial de pressão arterial (MAPA)	exame	10,07	20,14	**20,14**
76	0211070351	Testes vestibulares/otoneurológicos	exame	12,12	—	**12,12**
77	0211090018	Avaliação urodinâmica completa	exame	7,62	—	**7,62**
78	0211070262	Potencial evocado auditivo de curta, média e longa latência	exame	46,88	—	**46,88**
79	0211070149 / 0211070270	Emissões otoacústicas evocadas / potencial evocado auditivo para triagem auditiva	exame	13,51	—	**13,51**
80	0204060036	Escanometria	exame	7,77	11,66	**11,66**
81	0205020151	Ecocardiograma fetal com Doppler (registro como ultrassonografia obstétrica com Doppler colorido e pulsado)	exame	39,60	79,20	**79,20**
82	0211040029	Colposcopia	exame	3,38	6,76	**6,76**
83	0204030080 + 0204050146	Radiografia contrastada de esôfago, estômago e duodeno	exame	54,46	81,69	**81,69**
84	0204050154	Radiografia de intestino delgado (trânsito)	exame	47,59	71,39	**71,39**
85	0204050014	Clister opaco com duplo contraste (enema opaco)	exame	47,76	71,64	**71,64**
86	0211060267	Topografia computadorizada de córnea	exame	24,24	36,36	**36,36**
87	0405050020	Capsulotomia a YAG laser (registro por APAC)	procedimento (APAC)	112,77	157,88	**157,88**

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de **Saúde**

Item	Código SIGTAP	Procedimento	Unidade de abatimento	SIGTAP 09/2026 (R$)	Tabela SUS Paulista jun/2026 (R$)	VALOR DE REFERÊNCIA ADOTADO (R$)
88	0207… (região) + 0417010060	Ressonância magnética com sedação (qualquer região; sedação e insumos incluídos)	exame	283,90	433,43	**433,43**
89	0206… (região) + 0417010060	Tomografia computadorizada com sedação (qualquer região; sedação e insumos incluídos)	exame	112,59	176,46	**176,46**

Nota: foram utilizadas como base de valor as referências SIGTAP 09/2026 (Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS) e Tabela SUS Paulista jun/2026 (Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo), sendo a Tabela SUS Paulista priorizada tendo em vista a desatualização da Tabela SUS. Nos procedimentos sem valor na Tabela SUS Paulista (indicados com "—"), adotou-se o valor do SIGTAP 09/2026. Os valores da Tabela SUS Paulista com fração de centavo foram arredondados ao centavo.
Itens compostos: item 71 = 0211070041 + 0211070203 + 0211070211; item 83 = 0204030080 + 0204050146; itens 88 e 89 = exame da região + sedação (0417010060), com valor de referência calculado, respectivamente, para ressonância de R$ 403,13 e tomografia de crânio; nos demais casos, abate-se o valor da região efetivamente realizada somado ao da sedação (R$ 30,30). O item 60 (OCI) é registrado em APAC.

Fontes:
SIGTAP 09/2026 — Ministério da Saúde/DATASUS: http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp
Tabela SUS Paulista jun/2026 — SES-SP: https://saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/homepage/outros-destaques/tabela-sus-paulista
Planilha Tabela SUS Paulista SIA jun/2026: https://saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/cidadao/homepage-new/veja-tambem/2026_-_junho_-_sia.xlsx

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de Saúde

ANEXO IV
GRUPOS, QUANTITATIVOS ANUAIS E VALOR ANUAL ESTIMADO

Ref.: Credenciamento de prestadores de serviços de saúde para dação em pagamento — Processo Administrativo nº 002247/2026.

Grupo	Serviço / grupo	Unidade de oferta	Itens do rol	Quantidade anual	Sessões por unidade	Valor unitário de referência (R$)	Valor anual estimado (R$)
1	Oftalmologia geral — OCI Avaliação Inicial em Oftalmologia (≥ 9 anos)	usuário	60	27.123	1	240,00	**6.509.520,00**
2	Fisioterapia ortopédica — algia/clínico	pacote	51	3.496	10	46,70	**163.263,20**
3	Acupuntura	pacote	64	3.150	10	41,30	**130.095,00**
4	Nutricionista	pacote	67	3.892	10	63,00	**245.196,00**
5	Fonoaudiologia	pacote	65	2.224	10	109,00	**242.416,00**
6	Fisioterapia ortopédica — fratura/pós-operatório	pacote	61	1.012	10	63,50	**64.262,00**
7	Terapia ocupacional	pacote	66	414	10	63,00	**26.082,00**
8	Fisioterapia neurológica adulto	pacote	62	260	10	46,70	**12.142,00**
9	Fisioterapia neurológica pediátrica	pacote	63	81	10	46,70	**3.782,70**
10	Ultrassonografia (grupo)	exame	17 a 30	110.446	1	54,65	**6.036.217,88**
11	Densitometria óssea	exame	47	11.386	1	82,65	**941.052,90**
12	Mamografia (bilateral e unilateral)	exame	45 e 46	2.720	1	87,12	**236.970,00**
13	Endoscopia digestiva alta	exame	68	6.348	1	96,32	**611.439,36**
14	Colonoscopia	exame	69	5.592	1	225,32	**1.259.989,44**
15	Ecocardiografia transtorácica	exame	70	5.507	1	135,72	**747.410,04**
16	Audiometria/imitanciometria (conjunto)	usuário	71	5.009	1	70,25	**351.882,25**
17	Holter 24 h	exame	52	3.024	1	60,00	**181.440,00**
18	Ressonância magnética	exame	32 a 44	2.999	1	403,13	**1.208.986,87**
19	Prova de função pulmonar (espirometria)	exame	72 e 72-A	2.547	1	12,72	**32.397,84**
20	Eletroneuromiografia	exame	73	2.432	1	54,00	**131.328,00**
21	Nasofibrolaringoscopia	exame	74	2.292	1	91,00	**208.572,00**
22	Teste ergométrico	exame	53	2.169	1	60,00	**130.140,00**
23	MAPA	exame	75	1.525	1	20,14	**30.713,50**
24	Ultrassonografia com Doppler	exame	14 a 16	1.056	1	79,20	**83.635,20**
25	Tomografia computadorizada	exame	1 a 13	1.032	1	177,03	**182.695,55**
26	Testes vestibulares/otoneurológicos	exame	76	658	1	12,12	**7.974,96**
27	Avaliação urodinâmica	exame	77	516	1	7,62	**3.931,92**
28	Eletroencefalograma	exame	31	460	1	50,00	**23.000,00**
29	Potencial evocado auditivo/emissões otoacústicas	exame	78 e 79	425	1	37,22	**15.819,49**
30	Exames oftalmológicos (mapeamento, topografia, capsulotomia YAG)	exame	55, 86 e 87	364	1	39,36	**14.328,72**
31	Ressonância magnética com sedação	exame	88	306	1	433,43	**132.629,58**
32	Escanometria	exame	80	220	1	11,66	**2.565,20**
33	Ecocardiograma fetal	exame	81	175	1	79,20	**13.860,00**

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de **Saúde**

Grupo	Serviço / grupo	Unidade de oferta	Itens do rol	Quantidade anual	Sessões por unidade	Valor unitário de referência (R$)	Valor anual estimado (R$)
34	Tomografia computadorizada com sedação	exame	89	156	1	176,46	**27.527,76**
35	Colposcopia	exame	82	148	1	6,76	**1.000,48**
36	Radiologia contrastada	exame	83 a 85	142	1	80,03	**11.364,83**
	TOTAL			**211.306**			**20.025.632,67**

Nota: os valores unitários de referência correspondem aos do Anexo III (Rol de Procedimentos e Valores de Referência para Abatimento), apurados com base no SIGTAP 09/2026 e na Tabela SUS Paulista jun/2026, sendo a Tabela SUS Paulista priorizada tendo em vista a desatualização da Tabela SUS. As quantidades anuais foram estimadas a partir da fila da Central de Regulação em 14/09/2026. Nas terapias ofertadas em pacote de 10 sessões, o valor unitário corresponde ao pacote (10 × valor da sessão). Nos grupos com mais de um procedimento (ultrassonografia, mamografia, tomografia, potencial evocado/emissões otoacústicas, exames oftalmológicos e radiologia contrastada), o valor unitário é a média ponderada pela distribuição das quantidades; o abatimento se dá sempre pelo valor do procedimento efetivamente realizado, conforme o Anexo III.

Fontes:
SIGTAP 09/2026 — Ministério da Saúde/DATASUS: http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp
Tabela SUS Paulista jun/2026 — SES-SP:
https://saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/homepage/outros-destaques/tabela-sus-paulista
Planilha Tabela SUS Paulista SIA jun/2026:
https://saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/cidadao/homepage-new/veja-tambem/2026_-_junho_-_sia.xlsx

SECRETARIA DE SEGURANÇA E CONTROLE URBANO

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

Protocolo Digital n°: **Nº 2026 0204 1354**

Interessado (a)**: ROSELENE SOUZA SILVESTRONI.**

Assunto**: INDEFERIMENTO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE.**

Despacho:

1). Diante das informações citadas pelo Departamento de Fiscalização e Controle Urbano – DFCU, acolho sugestão e **INDEFIRO**, dentro das formalidades legais, a concessão de **LICENÇA PARA COMÉRCIO AMBULANTE** no **RAMO DE CACHORRO QUENTE** em nome de **ROSELENE SOUZA SILVESTRONI.**

2). Publique-se.

3). Segue para as devidas providências.

Osasco, 13 de outubro de 2026.

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA.
Secretário de Segurança e Controle Urbano.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

Protocolo Digital n°: **Nº 2026 0203 9941**

Interessado (a)**: HELENA FRANCISCA DA SILVA.**

Assunto**: INDEFERIMENTO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE.**

Despacho:

1). Diante das informações citadas pelo Departamento de Fiscalização e Controle Urbano – DFCU, acolho sugestão e **INDEFIRO**, dentro das formalidades legais, a concessão de **LICENÇA PARA COMÉRCIO AMBULANTE** no **RAMO DE LANCHES E BEBIDAS** em nome de **HELENA FRANCISCA DA SILVA.**

2). Publique-se.

3). Segue para as devidas providências.

Osasco, 13 de outubro de 2026.

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA.
Secretário de Segurança e Controle Urbano.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

Protocolo N°: **2026 0204 1789**

Interessado (a): **COLÉGIO COC VILA YARA**

Assunto: **SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA FIXAÇÃO DE BANNERS E FAIXAS.**

Despacho:

1) Diante do exposto pela **Diretora do Departamento de Fiscalização e Controle Urbano – DFCU**, acolho e **DEFIRO** a solicitação do **COLÉGIO COC VILA YARA**, qual seja, **" SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA FIXAÇÃO DE BANNERS E FAIXAS"**, nos estritos termos requeridos, visto que tal pedido e sua execução não encontram óbices na **Lei Complementar 206/2011 e no Decreto nº 10.579/11**.

Ressaltamos a obrigatoriedade de retirada pelo Requerente dos banners/faixas por ele fixados nos prazos por ele próprio assinalado, sob pena de aplicação das sanções previstas em Lei.

2) Publique-se;

3) Segue para as devidas providências.

Osasco, 13 de outubro de 2026

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA
Secretário de Segurança e Controle Urbano

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

Protocolo N°: **2026 0204 1787**

Interessado (a): **COLÉGIO COC VILA YARA**

Assunto: **SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA FIXAÇÃO DE BANNERS E FAIXAS.**

Despacho:

1) Diante do exposto pela **Diretora do Departamento de Fiscalização e Controle Urbano – DFCU**, acolho e **DEFIRO** a solicitação do **COLÉGIO COC VILA YARA**, qual seja, **" SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA FIXAÇÃO DE BANNERS E FAIXAS"**, nos estritos termos requeridos, visto que tal pedido e sua execução não encontram óbices na **Lei Complementar 206/2011 e no Decreto nº 10.579/11**.

Ressaltamos a obrigatoriedade de retirada pelo Requerente dos banners/faixas por ele fixados nos prazos por ele próprio assinalado, sob pena de aplicação das sanções previstas em Lei.

2) Publique-se;

3) Segue para as devidas providências.

Osasco, 13 de outubro de 2026

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA
Secretário de Segurança e Controle Urbano

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

Corregedoria– GCMO

Portaria nº 059 / 2026

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 129, parágrafo único da lei Complementar 129/05, **"DETERMINO a ANULAÇÃO da Portaria nº 056 / 2026"** publicada na Imprensa Oficial do Município de Osasco (IOMO) nº 3098 em 06 de outubro de 2026 na página nº 37.

Osasco, 13 de outubro de 2026.

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA E CONTROLE URBANO

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

Corregedoria– GCMO

Portaria nº 060 / 2026

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 129, parágrafo único da lei Complementar 129/05, **"DETERMINO a ANULAÇÃO da Portaria nº 057 / 2026"** publicada na Imprensa Oficial do Município de Osasco (IOMO) nº 3098 em 06 de outubro de 2026 na página nº 38.

Osasco, 13 de outubro de 2026.

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA E CONTROLE URBANO

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

Protocolo Nº: **2026 0204 1664**

Interessado**: ALEXSANDER BITTENCOURT**

Assunto**: PEDIDO DE MUDANÇA DO EQUIPAMENTO PARA ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE.**

Despacho:

1) Acolho as informações fornecidas pelo Departamento de Fiscalização e Controle Urbano – DFCU, e **INDEFIRO** o pedido de **MUDANÇA DO EQUIPAMENTO PARA ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE,** do requerente **ALEXSANDER BITTENCOURT, inscrição municipal nº 256.953**.

2) Publique-se;

3) Ao Departamento de fiscalização (DFCU), dar ciência ao interessado, após arquive-se.

Osasco, 13 de outubro de 2026.

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA.
Secretário de Segurança e Controle Urbano.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

Protocolo Digital: **nº 2026 0203 7389**

Interessado: **IVANETE NEPONUCENA BARBOZA**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL SOB N° 141.217**

Despacho:

1) Diante das informações fornecidas pelo Departamento de Fiscalização e Controle Urbano, acolho e **DEFIRO** o pedido de renovação de Alvará de funcionamento de comércio ambulante no ramo de **CACHORRO QUENTE;**

2) Publique-se;

3) Após retorne-se os autos para ciência ao interessado.

Osasco, 13 de outubro de 2026.

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA.
Secretário de Segurança e Controle Urbano.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

Protocolo Digital: **nº 2026 0203 6340**

Interessado: **TALITA FERNANDA LIMA DA SILVA**

Assunto**: Requerimento de sucessão por óbito de licença para o exercício de atividade de comércio ambulante.**

Despacho:

1) Acolho as informações fornecidas pelo Departamento de Fiscalização e Controle Urbano – DFCU, **INDEFIRO** o requerimento de sucessão por óbito de licença para o exercício de atividade de comércio ambulante, de **MARIA RISOMAR LIMA DE OLIVEIRA**, inscrição municipal nº **118.868**, no ramo de **DOCES EMBALADOS** para **TALITA FERNANDA DA SILVA**.

2) Publique-se;

Osasco, 13 de outubro de 2026.

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA.
Secretário de Segurança e Controle Urbano.

SECRETARIA EXECUTIVA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Criado pela Lei Municipal nº 5.175 de 20 de junho de 2022, alterada pela Lei Municipal nº 5.328 de 10 de abril de 2024.

COMPED

CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Luís Fernando Garcia, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMPED, no uso das atribuições que lhe são confiadas, faz saber:

CONVOCA para **44º Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMPED (Biênio 2024/2026),** todos os conselheiros empossados representando a sociedade civil, bem como os conselheiros representando o governo, indicados pelas secretarias que compõe o Conselho.

Na oportunidade iremos pautar:

- *Análise e votação sobre os pedidos de registros de OSCs*

A reunião acontecerá no dia **21 de outubro de 2026 (quarta-feira)** às 14hs, com previsão de término às 16hs.

Ocorrendo presencialmente na Av. Analice Sakatauskas, 204 – 4º Andar, Jd. Bela Vista, Osasco, SP.

Osasco, 13 de outubro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
LUIS FERNANDO GARCIA
Data: 13/10/2026 08:32:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LUÍS FERNANDO GARCIA
Presidente

Av. Analice Sakatauskas, 204 – Bela Vista – Osasco – SP – CEP: 06060-000 – Tel: (11) 3652-9221 – Whatsapp: (11) 94287-8974 – e-mail: comped.sepcd@osasco.sp.gov.br

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria Executiva de Compras e Licitações
Departamento de Pregões

RESUMO DO TERMO DE JULGAMENTO DA SESSÃO

Processo: 2.571/2025

Referente: Pregão Eletrônico nº 98/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE INSETICIDAS, RATICIDAS E FORMICIDAS

Fundamentação legal: Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal 13.877/2023

Critério de julgamento: Menor preço por Item

Modo de disputa: Aberto

I – DA ABERTURA E CONDUÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Aos 22 dias do mês de setembro de 2026, às 10h, foi realizada a sessão pública do Pregão Eletrônico 98/2026, conduzida pela Pregoeira Oficial, Mariana Macedo de Souza, com o auxílio da equipe de apoio, regularmente designadas pela Portaria nº 3.315, de 12 de maio de 2025. O procedimento licitatório foi conduzido em observância às disposições da Lei Federal 14.133/2021, especialmente aos princípios previstos em seu artigo 5º, às regras relativas à atuação dos agentes públicos estabelecidas no artigo 8º e às disposições pertinentes do Decreto Municipal nº 13.877/2023, respeitadas as condições e exigências constantes do instrumento convocatório e seus anexos.

II – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA NEGOCIAÇÃO: Encerrada a etapa competitiva de lances, procedeu-se à análise das propostas apresentadas pelas licitantes classificadas, observando-se o critério de julgamento de menor preço por item, nos termos do artigo 33, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Foram realizados os procedimentos de negociação e de verificação da aceitabilidade das propostas, observadas as disposições dos artigos 59 e 61 da referida Lei, bem como as condições estabelecidas no edital. A análise de aceitabilidade considerou os preços ofertados, as exigências do instrumento convocatório e a compatibilidade das propostas com as condições da contratação, conforme registros e documentos integrantes dos autos.

III – DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: Concluída a fase de julgamento das propostas, procedeu-se à verificação dos documentos de habilitação das licitantes classificadas, em conformidade com os artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com as exigências previstas no instrumento convocatório. A análise dos documentos de habilitação foi realizada pela Pregoeira, com auxílio da equipe de apoio, no âmbito de suas atribuições. Quanto à documentação de natureza técnica, a verificação de conformidade com as especificações e exigências do objeto foi realizada pela equipe técnica da Secretaria de Saúde, unidade requisitante, a quem compete a avaliação especializada dos requisitos técnicos da contratação. Consideradas as análises realizadas e os documentos constantes dos autos, foram declaradas habilitadas as licitantes que atenderem às condições estabelecidas no edital, conforme registrado no sistema eletrônico.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria Executiva de Compras e Licitações
Departamento de Pregões

IV – DA FASE RECURSAL: Após a divulgação do resultado do julgamento e da habilitação, foi oportunizada às licitantes a manifestação de intenção de recorrer, observadas as disposições do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021 e as regras estabelecidas no instrumento convocatório. Conforme registros da sessão pública, as empresas ZAIDAN AGRÍCOLA LTDA, STP COMERCIAL LTDA. e SP & SP SAÚDE PÚBLICA SÃO PAULO DISTRIBUIDORA LTDA manifestaram intenção de interpor recurso administrativo. Entretanto, transcorrido o prazo legal e editalício para apresentação das razões recursais, não houve protocolo das respectivas peças recursais, conforme registros constantes do sistema eletrônico. Dessa forma, não havendo razões recursais apresentadas para apreciação, considerou-se encerrada a fase recursal, ressalvada a necessidade de verificação de eventual matéria que demande apreciação de ofício pela Administração.

V – DO RESULTADO DO JULGAMENTO: Concluídas as fases de julgamento, habilitação e processamento da etapa recursal, foram apurados os seguintes resultados:

1. **NÚCLEO SAÚDE AMBIENTAL E AGROPECUÁRIA LTDA – CNPJ 06.983.188/0001-11:**

Item 01 pelo valor total de R$ 115.400,00 (cento e quinze mil e quatrocentos reais);

Item 08 pelo valor total de R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

2. **MERCOSUL AGRONEGÓCIOS LTDA – CNPJ 11.258.338/0001-64:**

Item 02 pelo valor total de R$ 1.925,00 (mil novecentos e vinte e cinco reais).

3. **SP & SP SAÚDE PÚBLICA SÃO PAULO DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ 47.028.448/0001-87:**

Item 07 pelo valor total de R$ 20.769,00 (vinte mil e setecentos e sessenta e nove reais).

Os valores acima correspondem aos resultados registrados na sessão, cuja adjudicação permanece condicionada à deliberação da Autoridade Competente.

VI – DOS ITENS FRACASSADOS: Restaram fracassados os itens 03, 04, 05, 06 e 09, conforme resultados registrados no sistema eletrônico. O fracasso desses itens deverá ser considerado pela unidade requisitante para avaliação das providências administrativas cabíveis, inclusive quanto à persistência da necessidade da contratação, à adequação das especificações técnicas, às condições de mercado e a eventual instauração de novo procedimento, se necessário.

VII – ENCERRAMENTO E ENCAMINHAMENTO À AUTORIDADE COMPETENTE: Considerando o encerramento das fases de julgamento e habilitação, bem como da etapa recursal, encaminham-se os autos à Autoridade Competente para apreciação e deliberação, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 13.877/2023.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria Executiva de Compras e Licitações
Departamento de Pregões

Registra-se que os atos praticados pela Pregoeira e pela equipe de apoio encontram-se documentados no procedimento licitatório e no sistema eletrônico, incluindo os registros da sessão pública, propostas, documentos de habilitação, manifestações técnicas e demais elementos pertinentes.

Nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, compete à autoridade superior, após o exame do procedimento, deliberar quanto às providências legalmente cabíveis, inclusive eventual saneamento de irregularidades, revogação, anulação ou adjudicação do objeto e homologação do certame.

Assim, submetem-se os autos à apreciação da autoridade competente, para, constatada a regularidade do procedimento e inexistindo óbices legais, proceder à adjudicação dos itens 01, 02, 07 e 08 às respectivas licitantes vencedoras e à homologação do resultado, bem como deliberar quanto aos itens fracassados.

Ressalta-se que a adjudicação e a homologação constituem atos de competência da autoridade superior, não se confundindo com os atos de condução, julgamento e habilitação praticados pela Pregoeira, nos limites de suas atribuições legais e regulamentares.

O Termo de Julgamento, os registros da sessão e os demais documentos integrantes do procedimento encontram-se disponíveis para consulta no Portal da Transparência do Município de Osasco e no sistema Compras.gov.br, UASG 450573, Pregão Eletrônico nº 98/2026.

Osasco, 14 de outubro de 2026.

Mariana Macedo de Souza
Pregoeira Oficial

Cleonice de Sousa Santos
Equipe de Apoio

Ednea Barbosa da Conceição
Equipe de Apoio

Kethelyn Gracieli da Silva Gomes
Equipe de Apoio

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria Executiva de Compras e Licitações

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

TERMO DE ADESÃO ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES n° 0048/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 09/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.078/2025
PROTOCOLO Nº 202603265289
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.207/2025
DATA DA ASSINATURA: 28/09/2026
ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE: Secretaria de Assistência Social
ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria de Educação
DETENTOR: PAM ALIMENTOS E NEGÓCIOS LTDA
OBJETO: Registro de Preços para fornecimento de Kit Lanche
VALOR: R$ 526.720,00 (Quinhentos e vinte e seis mil, setecentos e vinte reais)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

Instituto de Previdência do Município de Osasco
Autarquia Municipal criada pela Lei nº 647 de 4 de Julho de 1967

IPMO Instituto de Previdência do Município de Osasco

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Osasco, no uso das atribuições do cargo, resolve tornar público:

REQUERIMENTO Nº: 2637//2026
ASSUNTO: Isenção de Imposto De Renda
INTERESSADO: Angela Maria dos Santos D'Avoglio
RESULTADO: DEFERIDO

Osasco, 14 de outubro de 2026.

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO
PRESIDENTE

IPMO – Rua Avelino Lopes, 70 – Centro – Osasco – CEP: 06090-030 – Fone (11) 3652 – 5566 | E-mail: contato@ipmo.com.br
www.ipmosasco.com.br

Instituto de Previdência do Município de Osasco
Autarquia Municipal criada pela Lei nº 647 de 04 Julho de 1.967

IPMO

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2556/2026
MODALIDADE: Credenciamento (Art. 79 - II da Lei Federal nº 14.133/2021)

O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**, por intermédio do Departamento de Compras e Licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta a sessão pública permanente para o **CREDENCIAMENTO** de empresas administradoras de benefícios, visando ao atendimento do objeto abaixo especificado.

- **1. DO OBJETO:** Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de implantação, organização, gerenciamento e administração de sistema de vale alimentação por meio de cartão eletrônico individual, com fornecimento mensal para os servidores ativos, conforme as descrições e especificações do termo de referência e demais anexos do presente edital.
- **2. DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO:** Em estrita observância à legislação vigente (Lei nº 14.442/2022), fica estabelecido que a taxa de administração máxima e mínima a ser praticada pelas credenciadas será de **0,00% (zero por cento)**, sendo vedada a oferta de deságio (rebate) ou qualquer vantagem indireta ao contratante.
- **3. PRAZO E LOCAL PARA RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO:** Os arquivos digitais contendo os documentos de habilitação e proposta técnica poderão ser protocolados a partir do dia **09/10/2026, às 09h00 e a primeira sessão eletrônica em 23/10/2026 às 10h00**, mantendo-se o chamamento aberto de forma contínua pelo prazo de 60 meses.
  - ✓ *exclusivamente através do sistema eletrônico, endereço: Portal de Compras:* ***https://www.gov.br/compras/pt-br***
- **4. OBTENÇÃO DO EDITAL:** O Edital completo e seus anexos (incluindo o Termo de Referência e as minutas de declarações) estarão disponíveis no site oficial do órgão:
  - ✓ **www.ipmosasco.com.br/compras** e também no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- **5. INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:** Quaisquer dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser formalizados junto ao agente de contratação pelo e-mail licitacao.compras@ipmo.com.br ou telefone (11) 3652-5566 ramal 1233, em até 5 (cinco) dias úteis antes da data inicial estabelecida para a entrega dos documentos.

Osasco, 08 de outubro de 2026.

BRUNO MARTINS
Agente de Contratação

CLÁUDIA BONFIM
Assessora da Presidência

Instituto de Previdência do Município de Osasco
Autarquia Municipal criada pela Lei nº 647 de 4 de Julho de 1967
IPMO Instituto de Previdência do Município de Osasco

Portaria n° 380/2026

Osasco, 08 de outubro de 2026

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Osasco, no uso das atribuições de seu cargo e considerando o parecer favorável da Procuradoria Judicial,

RESOLVE

I – Aposentar na modalidade Voluntária Especial - Insalubre a servidora **ANA PAULA PAIANO FRANCO,** ocupante de cargo de provimento efetivo de MÉDICO PEDIATRA PLANTONISTA, matrícula da PMO n.º 99.574 com base na média de contribuição, sem paridade e integralidade, nos termos que dispõe o Art. 17º, incisos I, II, III, §§ 1º, 2º e 3º, alínea "b" Lei Complementar n.º 391/2021, conforme Processo Administrativo n°. 3505/2025

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/10/2026

Registre-se, cumpra-se.

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO
PRESIDENTE

Instituto de Previdência do Município de Osasco
Autarquia Municipal criada pela Lei nº 647 de 4 de Julho de 1967
IPMO Instituto de Previdência do Município de Osasco

Portaria n. 381/2026

Osasco, 08 de outubro de 2026.

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Osasco, no uso das atribuições de seu cargo e considerando o parecer favorável da Procuradoria Judicial,

CONCEDE:

I - Aposentadoria Especial de Professor a servidora **MARIA APARECIDA DOS SANTOS GONÇALVES**, ocupante de cargo de provimento efetivo de PEB I – 27h, matrícula da PMO n.º 105.741, com base na última remuneração do cargo efetivo, com paridade e integralidade, nos termos que dispõe o Art. 15º, incisos I, II, III, IV, V, §§ 1º ,2°, 3º, alínea "a" do §4° da Lei Complementar 391/2021, conforme Processo Administrativo n.º 965/2026

II – Este Benefício Previdenciário produzirá seus efeitos a partir de **09/10/2026.**

Registre-se, cumpra-se.

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO
PRESIDENTE

Instituto de Previdência do Município de Osasco
Autarquia Municipal criada pela Lei nº 647 de 4 de Julho de 1967

IPMO Instituto de Previdência do Município de Osasco

Portaria nº 382/2026

Osasco, 09 de outubro de 2026.

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Osasco, no uso das atribuições de seu cargo e considerando o parecer favorável da Procuradoria Judicial,

CONCEDE:

I – **Aposentadoria** na modalidade Tempo de Contribuição e Idade a servidora **LAIDES BETONTE,** ocupante do cargo de provimento efetivo de PEB – I 27h, matrícula da PMO n. º80.475, com base na última remuneração do cargo efetivo, com paridade e integralidade, nos termos que dispõe o Art. 14°, incisos I, II, III, IV, V, §1°, §3°, §4º alínea "a" e §5° da Lei Complementar 391/2021, conforme Processo Administrativo n.º 1554/2024

II – Este Benefício Previdenciário produzirá seus efeitos a partir de **16/10/2026.**

Registre-se, cumpra-se.

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO
PRESIDENTE

Instituto de Previdência do Município de Osasco
Autarquia Municipal criada pela Lei nº 647 de 4 de Julho de 1967

IPMO Instituto de Previdência do Município de Osasco

Portaria nº 383/2026

Osasco, 09 de outubro de 2026.

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Osasco, no uso das atribuições de seu cargo e considerando o parecer favorável da Procuradoria Judicial,

CONCEDE:

I – **Aposentadoria** na modalidade Tempo de Contribuição e Idade a servidora **MARIA ANGELINA BERNI FIDELCINO,** ocupante do cargo de provimento efetivo de PDI – II, matrícula da PMO n. º 92.383, com base na última remuneração do cargo efetivo, com paridade e integralidade, nos termos que dispõe o Art. 14°, incisos I, II, III, IV, V, §1°, §3°, §4º alínea "a" e §5° da Lei Complementar 391/2021, conforme Processo Administrativo n.º 1008/2026

II – Este Benefício Previdenciário produzirá seus efeitos a partir de **09/10/2026.**

Registre-se, cumpra-se.

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO
PRESIDENTE

Instituto de Previdência do Município de Osasco
Autarquia Municipal criada pela Lei nº 647 de 4 de Julho de 1967
IPMO Instituto de Previdência do Município de Osasco

Portaria nº 384/2026

Osasco, 09 de outubro de 2026.

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Osasco, no uso das atribuições de seu cargo e considerando o parecer favorável da Procuradoria Judicial,

CONCEDE:

I – **Aposentadoria** na modalidade Tempo de Contribuição e Idade a servidora **MIRIAM OTSUBO,** ocupante do cargo de provimento efetivo de DENTISTA, matrícula da PMO n. º 64.084, com base na última remuneração do cargo efetivo, com paridade e integralidade, nos termos que dispõe o Art. 14°, incisos I, II, III, IV, V, §1°, §3°, §4º alínea "a" e §5° da Lei Complementar 391/2021, conforme Processo Administrativo n.º 1170/2026

II – Este Benefício Previdenciário produzirá seus efeitos a partir de **09/10/2026.**

Registre-se, cumpra-se.

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO
PRESIDENTE

Instituto de Previdência do Município de Osasco
Autarquia Municipal criada pela Lei nº 647 de 4 de Julho de 1967

IPMO Instituto de Previdência de Município de Osasco

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Osasco, no uso das atribuições do seu cargo resolve tornar público,

PROCESSO N°: 2530/2021
ASSUNTO: APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE
INTERESSADO(A): RILDO HERNANDES FREIRE
RESULTADO: SOBRESTADO POR DOIS ANOS (24 MESES)

PROCESSO N°: 2750/2025
ASSUNTO: APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE
INTERESSADO(A): EDINÉIA PEREIRA DA SILVA
RESULTADO: SOBRESTADO POR DOIS ANOS (24 MESES)

Osasco, 09 de outubro de 2026

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO
PRESIDENTE

IPMO – Rua Avelino Lopes, 70 – Centro – Osasco – CEP: 06090-030 – Fone (11) 3652 – 5566 | E-mail: contato@ipmo.com.br www.ipmosasco.com.br
CNPJ: 46.621.538/0001-14